

***EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS***

**LICITAÇÃO N.º 90007/2026**

**PROCESSO N.º 56/114/2025**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**ESTIMATIVA DE VALOR: R\$ 3.483.050,76 (TRÊS MILHÕES, QUATROCENTOS E OITENTA E TRÊS MIL E CINQUENTA REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).**

**ORIGEM DOS RECURSOS: 1600 | 1661**

**PROGRAMA DE TRABALHO: 206.02.08.245.034.2.100 | 206.02.08.245.034.2.101**

**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00**

<b>REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 21 DE MAIO DE 2026 ÀS 10:00 HORAS</b>
---

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

O edital, com as especificações da referida licitação, encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no Portal de Transparência da Prefeitura de Belford Roxo <https://transparencia.prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/>, além de estar à disposição dos interessados à **Avenida José Mariano Passos, nº 948 – Prata – Belford Roxo/RJ**, no horário de 09:00 às 17:00, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do e-mail: [licitacao@prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br](mailto:licitacao@prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br).

**ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADOR(A) DA CONTRATAÇÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, situada na Av. Retiro da Imprensa – Nº 1.423 - Paim – Belford Roxo - RJ, Cep.: 26.112-180.**

---

EDNA QUARESMA  
Mat.: 11/20419

O MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO, através da Pregoeira EDNA QUARESMA, Mat.: 11/20419 e equipe de apoio MARIA EURIDES DE FARIAS, Mat. 11/20089, ROSANGELA SINFRÔNIO PEREIRA, Mat. 10/20202, MAURÍCIO DA SILVA CAMPOS, Mat. 60/100158 e CRISTIANE BESSA DA ROCHA, Mat. 60/100171 designados pela Portaria nº 3.080/GP/2025 de 20 de setembro de 2025 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº 90007/2026 na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com as disposições da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, assim como do Decreto Municipal 5.937/2023, bem como das condições a seguir estabelecidas.

## 1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1. A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, no âmbito do Sistema de Compras do Governo Federal, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pela Administração Federal, e regulamentado pela Instrução Normativa nº 73 de 30 de setembro de 2022, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.2. A sessão do presente pregão eletrônico será iniciada no dia **21/05/2026 às 10:00**, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, observando-se o modo de disputa **aberto**.

1.3. No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.4. Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.5. A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

1.6. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após comunicação aos participantes no próprio endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## 2 - OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, Conforme especificações descritas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 3 - ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço total para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$ 3.483.050,76 (três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil e cinquenta reais e setenta e seis centavos)**.

## 4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Os questionamentos e impugnações de quaisquer interessados, inclusive licitantes, ao ato convocatório serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data agendada para abertura da sessão de julgamento, devendo ser protocolados no sistema eletrônico de compras ou encaminhados ao seguinte correio eletrônico [licitacao@prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br](mailto:licitacao@prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br).

4.1.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos para o certame.

4.1.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.2. Os questionamentos e impugnações serão respondidos pelo Pregoeiro no sistema eletrônico de compras, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento, observada como data limite o último dia útil anterior à data agendada para abertura da sessão de julgamento.

4.2.1. As respostas aos questionamentos e impugnações também deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da Prefeitura e no Portal Nacional de Compras Públicas.

4.3. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações ou questionamentos, obrigarão a todos os licitantes, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.3.1. A reabertura do prazo importará na necessidade de publicação de novo aviso do edital na forma do artigo 54, parágrafo 1º da Lei 14.133/2021.

## 5 - PARTICIPAÇÃO

5.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), e no sistema de compras do governo federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, observado o manual técnico operacional do sistema eletrônico de compras.

5.2. Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.3. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos itens que cotar.

5.4. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.5. Poderão participar do presente pregão eletrônico, as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.6. Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na referida Lei Complementar.

5.7. A fruição dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.8. Não será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio de empresas, diante da justificativa apresentada no Termo de Referência, considerando que o objeto não possui características de complexidade que justifiquem essa participação.

5.9. Será admitida a participação de licitante sob a forma de cooperativa, desde que:

a) A constituição e o funcionamento da cooperativa observem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

d) O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação

5.10. É vedada a participação nesta licitação:

I – daquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

II – de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

III - de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV - de pessoa jurídica sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, concorrendo entre si.

V – de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas cujos quadros sejam integrados por pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

VII – de autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

VIII - de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IX – de pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

X - daquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

XI – de empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

XII – de pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

XIII – de agente público do órgão ou entidade licitante.

5.11. Os impedimentos de que tratam os itens II, III e IX do subitem anterior serão também aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

## 6 - CREDENCIAMENTO

6.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do manual técnico operacional disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.



6.3. O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou ao Município de Belford Roxo, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

6.7. A licitante que se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal n.º 123/06, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.

6.8. A falta da declaração de enquadramento da licitante nos termos do item 6.7 não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123/06.

6.9. A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.10. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.11. Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **7 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. As propostas de preço deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, por intermédio do endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública da presente licitação.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.1. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4. A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

7.5. As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema até a abertura da sessão pública da presente licitação.

7.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante terá a opção de parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.6.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

I - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

II - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.6.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 8 - PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I – valor unitário para cada item e o valor total;

II – marca;

III – fabricante.

8.1.1. A proposta deverá indicar os quantitativos cotados, que não poderão ser inferiores aos quantitativos máximos de cada item que poderá ser adquirido.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto (tais como: despesas com transporte, seguro e frete, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) na data de entrega.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

8.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no Termo de Referência anexa a este Edital serão desconsiderados.

8.9. A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.9.1. A proposta deverá observar, obrigatoriamente, que o prazo de entrega será de até 60 (sessenta) dias úteis, contados da data de emissão da respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

8.10. A proposta deverá ter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação.

8.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo deste Edital referente ao orçamento estimado, conforme art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021.

## **9 – ABERTURA DA SESSÃO E PROCEDIMENTOS DO PREGÃO**

9.1. No dia e horário previstos, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema.

9.1.2. Em caso de empate, será observado, em primeiro lugar, o disposto no art. 44, da Lei Complementar nº 123/06 e, em segundo lugar, o disposto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021 e inexistindo, no mínimo, 3 (três)

propostas que atendam as condições previstas no subitem anterior, os três licitantes melhor classificados, inclusive os empatados, poderão participar da etapa aberta competitiva.

9.2. A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando-se o modo de disputa **aberto**.

9.3. Aberta a etapa de lances, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

9.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação dos mesmos e o intervalo mínimo fixado neste edital.

9.5. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema, podendo o licitante exercer apenas uma única vez, observado o prazo de 15 segundos do registro, a exclusão de lance inconsistente ou inexequível.

9.6. Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total do objeto ou do item, obedecido o critério de aceitabilidade de preço previsto neste edital.

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8. O intervalo mínimo entre os lances ofertados, inclusive os intermediários, deverá ser de 0,10 (dez) centavos.

9.9. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

9.10. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

9.11. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem anterior, implica na retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

9.12. No modo de disputa aberto a etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sujeito a prorrogação automática sucessiva de 2 (dois) minutos caso existentes lances ofertados no período de 2 (dois) minutos anteriores ao encerramento da etapa.

9.13. A etapa de lances será encerrada automaticamente pelo sistema após o período de prorrogação automática.

9.14. Encerrada a sessão pública, caso a diferença percentual entre as duas propostas melhor colocadas seja igual ou inferior a 5%, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa competitiva para oferta exclusiva de lances intermediários de modo a definir as demais colocações.

9.15. Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará os lances em ordem crescente caso observado o critério de julgamento de menor preço e em ordem decrescente no caso de critério de julgamento de maior desconto.

9.16. Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

## 10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Para julgamento do presente Pregão será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**, adotando-se como critério de aceitabilidade das propostas o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

10.2. As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre o preço unitário e o preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o primeiro;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

10.2.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

10.3. Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – conter vícios insanáveis;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresente preço manifestamente inexequível;

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

VII – não contenham declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

VIII – não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.3.1. No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum item ou do objeto inexequível, concederá ao respectivo licitante o prazo de 02 (duas) horas para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos insumos de produção do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

10.4. Em relação aos itens/lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, cujo valor não supere a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em caso de empate entre duas ou mais propostas após o encerramento da etapa de lances, ou caso inexistam lances, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência prevista no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06 e, em segundo lugar, deve ser observado o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021.

10.4.1. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, e o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada - se esta for empresa de maior porte -, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts.

44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.4.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.4.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.4.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.4.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.4.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.4.7. A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar n.º 123/06.

10.5. Havendo empate entre duas ou mais propostas após o encerramento da etapa de lances ou caso inexistam lances, uma vez que tenha sido observado o procedimento do item 10.4 nas hipóteses em que aplicável, o critério de desempate se dará conforme o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021, nessa ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.5.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos ou prestados



por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.6. As disposições do item 10.5 acerca do desempate também se aplicam para os itens/lotos cujo valor supere a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, bem como para os itens/lotos cuja disputa seja exclusiva para micro e pequenas empresas.

10.7. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.8. Encerrada a fase competitiva e adotados os critérios de resolução de eventual empate, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, deverá negociar diretamente com o licitante classificado em primeiro lugar mediante comunicado no sistema eletrônico, devendo fixar prazo máximo de 10 (dez) minutos para oferta de proposta mais vantajosa à Administração, inclusive, quanto a condições de execução do objeto e prazos de entrega.

10.9. Frustrada a negociação, caso a melhor proposta não observe a estimativa de valor elaborada, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com os demais licitantes, observada a ordem de classificação da etapa competitiva e o prazo disposto no item anterior.

10.10. Concluída a negociação e analisada a conformidade da proposta melhor classificada com a estimativa elaborado pela Administração e as demais diretrizes fixadas no edital e anexos, o resultado provisório será proclamado pelo Pregoeiro e divulgado no sistema eletrônico.

10.11. A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva, assim como eventual documentação complementar, em arquivo único compactado, dentro do prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro.

10.12. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## 11- HABILITAÇÃO

11.1. Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação do licitante vencedor.

11.2. O Pregoeiro passará ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

- a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada impedida de contratar com a Administração Municipal ou declarada inidônea
- b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor através da análise dos documentos enviados em formato digital por meio do sistema eletrônico ou através de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará eventual documentação complementar pontualmente exigida;
- c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos neste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;
  - c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- d) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da licitante quanto às condições de habilitação, indicando desde logo a data e hora em que a sessão será reaberta.
- e) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
- f) Os documentos necessários à habilitação, o certificado de registro cadastral e a certidão de pré-qualificação porventura exigidos deverão ser remetidos em formato digital via sistema eletrônico observado o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação emitida em comunicado pelo Pregoeiro.

11.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.4. Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.5. Em substituição aos documentos de habilitação, poderá a licitante apresentar Certificado de Registro Cadastral, com exceção dos documentos com a validade expirada e os atestados de habilitação técnica e econômico-financeira não contemplados no registro.

11.6. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.7. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

**I - Habilitação Jurídica:**

a) Registro comercial, no caso de empresário individual.

b) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado.

b.1) Cópia da Identidade e CPF dos sócios no Cadastro Social.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

c.1) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

d) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

ii. Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

## **II – Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Previdência Social (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, observadas as seguintes hipóteses e condições:

### **I - Para todos os licitantes sediados no Município de Belford Roxo:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais; ou
- ii) Certidão Positiva com efeito de Negativa.

### **II - Para os licitantes que não possuem qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com efeito de Negativa expedida pelo Município de sua sede.

### **III – Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Belford Roxo:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa do Município de Belford Roxo (antiga Certidão de Regularidade Fiscal); e conjuntamente,
  - ii) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município de sua sede.
- f) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Prova de regularidade Trabalhista através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva (com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

h) Declaração que não emprega menor, conforme abaixo:

- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

### **III – Qualificação Econômico-Financeira:**

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil acompanhado das notas explicativas e demais demonstrações contábeis, conforme dispõe o art. 69º inciso I da Lei nº 14.133/2021.

a.1.1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.1.2) Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

a.1.3) Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

a.1.4) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ILG = \_\_\_\_\_

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

a.1.5) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante pelo Passivo Circulante.

ATIVO CIRCULANTE

ILG= \_\_\_\_\_

PASSIVO CIRCULANTE

a.1.6) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

IE = \_\_\_\_\_

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

a.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

a.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

a.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída no exercício atual, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

a.3) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá a empresa apresentar capital social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor



estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigiv capital social eis e apresentados na forma da lei.

a.3.1) O balanço patrimonial e demonstrativo do exercício do resultado deverá ser apresentado na forma dos arts. 1.078, 1.079 e 1.186 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro) e atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade e Instruções do Conselho Federal de Contabilidade, o mesmo se aplica as demais demonstrações contábeis.

a.3.2) Ressalvada a apresentação pelos Microempreendedores Individuais (MEI), devendo ser apresentado documento equivalente.

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

b.1) Caso a Licitante não seja sediada na Comarca de Belford Roxo deverá apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

#### **IV – Da Qualificação Técnica:**

A licitante deverá comprovar aptidão técnica compatível com o objeto da contratação, demonstrando experiência prévia na prestação de serviços de locação de veículos similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao exigido no edital.

Os documentos apresentados deverão conter, no mínimo:

- Identificação do emitente (órgão público ou empresa privada);
- Descrição detalhada do serviço prestado ou do objeto fornecido;
- Período de execução;
- Informações que atestem a regularidade e adequação do serviço;
- Declaração expressa de que os serviços foram realizados satisfatoriamente.

#### **1- Atestados de Capacidade Técnica**

Serão aceitas declarações ou certificados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a experiência da empresa na locação de veículos semelhantes aos descritos no edital, atestando sua capacidade para atender às demandas específicas do serviço social.

Preferencialmente, os atestados devem referir-se à locação de veículos do mesmo tipo e quantidade exigida, durante período mínimo de 12 meses, conforme previsto no Termo de Referência.

## **V - Declarações:**

### **V.1 - Declaração, conforme modelo em anexo, que:**

- O licitante atende aos requisitos de habilitação, declarando a veracidade das informações prestadas;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do Poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- A licitante se compromete a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- A licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- A licitante assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- A licitante não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e na Lei n.º 12.846/13;
- A proposta econômica do licitante compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação.

V.2 – Declaração, conforme modelo anexo, em que o licitante que tenha assinalado em campo próprio do sistema eletrônico que se enquadra no regime da Lei Complementar n.º 123/06 assegure que:

- Os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar n.º 123/06.

11.9. Os documentos relativos à regularidade fiscal (elencados nas alíneas *b, c, d e e* do item 11.7, II) somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.9.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação dos documentos de habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.10. Em se tratando de item/lote com valor estimado inferior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o art. 34, da Lei n.º 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho.

11.10.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante beneficiária da Lei Complementar n. 123/06 for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município de Belford Roxo, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/06, com redação dada pela Lei Complementar n.º 147/14.

11.10.2. Caso não demonstrada a regularidade fiscal, social e trabalhista na forma do subitem anterior, a licitante será inabilitada, devendo o Pregoeiro analisar a documentação apresentada pelos demais interessados classificados, observada a ordem cronológica de classificação.

11.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.12. Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.2, *f*.

11.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.17. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, ou no caso de inversão de fases, quando houver a habilitação seguida da classificação da proposta, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato/retirar a Nota de Empenho.

## **12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1. O cabimento de recurso em face da inabilitação ou da desclassificação do licitante está condicionado à imediata manifestação da intenção de recorrer pela parte interessada que deve ser feita em campo próprio do sistema, observado o prazo de 10 minutos a partir do comunicado remetido pelo Pregoeiro.

12.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro e sua falta importará na preclusão do direito.

12.2. As razões de recurso deverão ser apresentadas, em momento único, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da divulgação da ata de habilitação ou da ata de julgamento das propostas, caso adotada a inversão de fases.

12.3. As contrarrazões deverão ser apresentadas no mesmo prazo do subitem anterior contado a partir da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico.

12.4. O Pregoeiro poderá exercer juízo de reconsideração no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento do recurso no sistema eletrônico. Caso não seja reconsiderada a decisão recorrida, o recurso deverá ser remetido à autoridade superior para a devida apreciação, observado o prazo de 10 (dez) dias úteis da remessa.

12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, de acordo com art. 168, da Lei n.º 14.133/2021.

12.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, devendo ser assegurado aos licitantes acessos a todos os documentos necessários à defesa de seus direitos.

## **13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Após proclamação do resultado definitivo com indicação do licitante vencedor, o pregoeiro, mediante mensagem no sistema eletrônico, deverá consultar os demais participantes, observado a ordem cronológica de classificação, sobre o interesse na formação do cadastro de reserva.

13.2. Encerrada a sessão de julgamento, os autos serão remetidos à autoridade superior para adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor pelo Pregoeiro e homologação do procedimento, observados os termos do art. 71 da Lei 14.133/2021.

## **14 - FORMALIZAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

14.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

14.1.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade ou não de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto, conforme disposto no edital, e se obrigar nos limites dela;

14.1.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a) Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) Mantiverem sua proposta original.

14.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

14.2. O registro mencionado no item 14.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

14.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e que mantiveram suas propostas originais somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na ata.

14.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.6. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 14.1.2, 'a' aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 15 - FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



15.1. Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, assinar a ata de registro de preços.

15.1.1. A prorrogação do prazo deve ser expressa e fundamentadamente requerida pelo adjudicatário, cabendo à Administração analisar o pedido formulado.

15.1.2. Não sendo assinado o contrato ou retirado/assinado o documento equivalente dentro do prazo de validade da proposta vencedora por motivo atribuível à Administração, a proposta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

15.2. No ato de assinatura da ata, será exigida prova da manutenção das condições de habilitação demonstradas na fase de julgamento, devendo ser reapresentadas certidões ou documentos cuja validade tenha expirado no período transcorrido.

15.3. O não comparecimento no prazo no item 15.1 ou a não comprovação das condições de habilitação acarretarão, além da imputação das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e da perda da garantia de proposta ofertada, o cancelamento do registro de preços, com a consequente convocação dos licitantes que integram o cadastro de reserva para manifestação de vontade quanto à formalização da ata de registro observado o valor apresentado pelo licitante classificado em primeiro lugar.

15.4. Caso nenhum dos licitantes que integram o cadastro de reserva nas condições do subitem anterior aceite formalizar a ata, o Pregoeiro deverá convocar os demais cadastrados, observada a ordem de classificação, para manifestação de interesse na contratação pelos preços ofertados nas respectivas propostas, desde que observada a estimativa de valor fixada pela Administração.

15.5. A formalização da ata nas condições do item anterior deve ser precedida de negociação com o licitante interessado de modo a buscar preços e condições mais vantajosas para a Administração.

## **16 - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. A ata de registro oriunda do presente procedimento vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, mediante expressa e adequada justificativa, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados mediante cotação.

16.2. A prorrogação da ata deverá ser formalizada mediante termo aditivo.

16.3. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei 14.133/2021.

## **17 – ORDEM DE FORNECIMENTO**

17.1. A ordem de fornecimento deverá ser emitida pelo órgão gerenciador, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração, conforme previsto no Termo de Referência.

17.2. O prazo de entrega dos bens será de até 60 (sessenta) dias úteis, contados da data de emissão da respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no endereço da sede da SEMASC, situada na Avenida Retiro da Imprensa, 1423/1455, Piam – Belford Roxo, CEP 26112-180, funcionando das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais, estaduais e municipais.

17.3. O não atendimento tempestivo da ordem de fornecimento, sem justificativa adequada, poderá ensejar o cancelamento do registro de preços, sem prejuízo das imputações das sanções previstas neste Edital.

## **18 - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.1. Esta Ata poderá ser objeto de adesão por Órgãos não participantes do Registro de Preços.

## **19 – ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

19.1. Caso os preços registrados se tornem maiores que os valores atualizados de mercado apurados em cotação, deverá o órgão gerenciador iniciar negociação com o fornecedor registrado e, em caso de insucesso, promover sua liberação.

19.2. Os preços registrados poderão ser objeto de atualização, mediante expresso e fundamentado pedido formulado pelo fornecedor, desde que comprovada a substancial discrepância destes com os valores atualizados de mercado.

19.2.1. O pedido de atualização deverá ser formulado de acordo com as diretrizes estabelecidas no art. 21 do Decreto Municipal n.º 5402.

19.2.2. A atualização somente será realizada caso comprovados os fatos ensejadores do pedido e a Administração não exerça o direito de liberar o fornecedor do registro.

19.2.3. A não comprovação dos fatos ensejadores do pedido importará em seu indeferimento, permanecendo o fornecedor obrigado aos termos originais da ata de registro.

19.3. A discrepância de preços apurada após análise de pedido de adesão na forma do subitem 18.7.1 deste Edital importará na negociação dos preços registrados, para sua redução, com o intuito de adequá-los ao

mercado.

19.4. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

19.4.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

## **20 – ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO**

20.1. As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

20.2. Os eventuais contratos decorrentes do registro de preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal n.º 14.133/2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo ao contrato individualmente considerado, e não à ata de registro de preços.

## **21 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

21.1. O registro de preço de fornecedor poderá ser cancelado quando:

I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

III - o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

IV - estiverem presentes razões de interesse público; e

V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

21.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

## **22 - RECEBIMENTO**

22.1. O objeto será recebido pela efetiva entrega do bem, observada a seguinte forma:

a) Recebimento provisório: será realizado no ato da entrega pela comissão de fiscalização. Nessa etapa, será verificada, de forma sumária, a quantidade de veículos disponibilizados, as condições aparentes de uso e conservação, bem como a conformidade com as especificações técnicas e operacionais previstas no instrumento convocatório e no contrato.

a.1) Constatada a conformidade, o responsável atestará o recebimento provisório na nota fiscal ou documento equivalente, dando início ao prazo para o recebimento definitivo.

b) Recebimento definitivo: Será realizado pela comissão de fiscalização em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório. Nesta fase, será feita a verificação qualitativa e detalhada, comprovando que o objeto atende a todas as especificações mínimas exigidas e às normas aplicáveis ANVISA - Resolução RDC nº 275, de 1º de julho de 2022, portarias do INMETRO, Ministério da Saúde, Informe Técnico nº 21/2011 e etc., incluindo a análise de laudos e certificados, se for o caso.

b.1) Após a verificação final e não havendo irregularidades, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, condição para autorizar o pagamento.

b.2) Será concedido o prazo de 30 (trinta) dias úteis para a substituição dos veículos que, eventualmente, não atendam às especificações, independentemente do motivo alegado, sendo todas as despesas decorrentes dessa substituição de responsabilidade do contratado.

22.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução da obrigação.

22.3. A ultrapassagem do prazo fixado na alínea b do subitem 22.1 sem manifestação do fiscal do contrato não importa na presunção de recebimento definitivo, cabendo ao contratado o direito de apresentar requerimento expresse perante o órgão ou entidade responsável pela contratação.

## 23 - FISCALIZAÇÃO

23.1. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação será realizada por servidor efetivo designado em ato da autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, atendidas as diretrizes e condicionantes previstas no Termo de Referência.

23.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência

desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 24 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

24.1. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração nos termos do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência pela inexecução parcial do contrato;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa do contratado;
- c) multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto nos casos de rescisão por culpa do contratado. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);
- d) multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão por culpa do contratado;
- e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

24.1.1. A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor do contrato e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação do contratado observado o prazo de defesa de 15 dias úteis.

24.1.2. Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, observado o procedimento descrito no Decreto Municipal nº 5.933.

24.1.3. As sanções previstas nas alíneas *a*, *e* e *f* do subitem 24.1 podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

24.2. Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais do contratado, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

24.3. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato nem tampouco afasta o dever do contratado de reparação integral dos danos causados à Administração.

24.4. A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 5.933

24.5. Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do *quantum* das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

24.6. A notificação do contratado dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

24.7. A prática de ato tipificado na Lei n.º 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei n.º 14.133/2021.

## 25 – VIGÊNCIA E EXTINÇÃO DO CONTRATO

25.1. O contrato firmado pelas partes terá vigência inicial de 12 meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos, na forma do §2º do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

25.2. A extinção do contrato observará as diretrizes do Capítulo VIII, da Lei n.º 14.133/2021.

## 26 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

26.1. O Município fará o pagamento, por meio de crédito em conta bancária a ser indicada pelo contratado e aceita até a assinatura do contrato.

26.2. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

26.3. Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

26.4. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto na Lei nº 14133/2021.



26.5. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias contados a partir da data final do período de adimplemento e mediante apresentação da nota fiscal.

26.6. Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura ou complementação de documentação pelo contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a transcorrer a partir da data do cumprimento da exigência.

26.7. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao contratado, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA-E** e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

26.8. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

26.9. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido no item 26.5 serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

## 27 – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA EVENTUAL CONTRATAÇÃO

27.1. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento estimado (03/02/2026) ou, caso tenha havido atualização ou revisão dos preços previamente à contratação, pelo período de 12 (doze) meses a contar de tal fato.

27.2. Os eventuais reajustes só poderão ocorrer, mediante expresso e fundamentado requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice **IPCA**.

27.2.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

27.2.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

27.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27.4. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

27.4.1. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

27.4.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

27.5. O contratado deverá apresentar seu pleito de reajuste devidamente instruído, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da divulgação do índice correspondente ao mês do reajuste, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211 do Código Civil.

27.5.1. A apresentação do pedido dentro do prazo previsto no subitem acima ensejará a produção de efeitos financeiros a contar da data-base prevista no contrato.

27.5.2. Caso tenham sido emitidas ordens de fornecimento no interregno entre o surgimento do direito ao reajuste e o efetivo requerimento na forma do subitem 27.5, o contratado deverá ressalvar seu direito ao reajuste antes da efetiva entrega do bem, sob pena de preclusão.

27.6. A revisão do contrato poderá ser realizada a qualquer tempo, desde que observado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contados da data do evento ensejador do desequilíbrio e que o pedido correspondente seja formalizado durante a respectiva vigência contratual, ou, em caso de prorrogação, antes da assinatura do termo aditivo, sob pena de preclusão do direito.

27.7. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito e revisão deverão observar as diretrizes fixadas na lei nº 14133/2021.

## 28 – ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. O valor total para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 3.483.050,76 (três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil e cinquenta reais e setenta e seis centavos).**

28.2. As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de 2026, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte
206.02.08.245.034.2.100	3.3.90.39.00	1660
206.02.08.245.034.2.100	3.3.90.39.00	1661
206.02.08.245.034.2.101	3.3.90.39.00	1661

28.3. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria.

## 29 - GARANTIA

29.1. Será exigida garantia da contratação correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, nas modalidades de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da homologação do certame e, obrigatoriamente, antes da assinatura do contrato, sob pena de impedimento da contratação, conforme disposto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## 30 – SUBCONTRATAÇÃO

30.1. Excepcionalmente, poderá ser admitida a subcontratação parcial, desde que devidamente justificada e previamente autorizada pela Administração, desde que não implique transferência da responsabilidade contratual nem comprometa a qualidade dos serviços, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela execução, fiscalização e pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato

## 31 - DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

31.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou da habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

31.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

31.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio.

31.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

31.5. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

31.6. Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório serão observadas as diretrizes fixadas no art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

31.7. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

31.8. Integram este Edital os seguintes Documentos:

**Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**Anexo II – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE**

**Anexo III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**Anexo IV – MODELO DAS DECLARAÇÕES CONJUNTAS**

**Anexo V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP**

**Anexo VI – MINUTA DA ATA REGISTRO DE PREÇO**

Belford Roxo, 30 de Abril de 2026.

---

EDNA QUARESMA  
Mat.: 11/20419

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### DO OBJETO

**1.1.** O presente termo de referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL**, de forma contínua, para suprir as necessidades da sede e dos equipamentos que prestam Serviços de Proteção Social Básica, Proteções Social Especial do SUAS e Conselhos Municipais, vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC, em conformidade com as especificações técnicas, quantidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**1.2.** Os quantitativos listados não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade, o quantitativo eventualmente adquirido será utilizado para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço.

### 2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A fundamentação legal será baseada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme art. 82, e suas alterações, de acordo com as exigências e demais condições e especificações dispostas neste Termo de Referência e seus Anexos conforme vemos abaixo.

**2.2.** O serviço contínuo de locação de veículos automotores solicitados é necessário para garantir a execução das atividades a serem desempenhadas pelos equipamentos de atendimento à população.

**2.3.** Para determinar o quantitativo total de cada item, considerou-se o número de servidores vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como a necessidade do serviço contínuo de locação de veículos para suprir os serviços ofertados nos equipamentos das Proteções Social Básica e Especial do SUAS, regulamentados pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

**2.4.** Por se tratar de planejamento voltado às demandas futuras, a técnica quantitativa adotada visa atender não apenas aos equipamentos que já se encontram em plena atividade, mas também àqueles incluídos no cronograma de expansão do atendimento. Assim, para fins de definição do quantitativo, foram considerados os equipamentos que estão em trâmite administrativo para iniciar suas atividades em determinados bairros.

**2.4.1.** Todavia, muito embora haja inclusão dos equipamentos que permitirão a ampliação de atendimentos, resultando na projeção de demandas para o próximo exercício, é importante ressaltar que as solicitações e destinação dos veículos locados somente serão realizadas em momento oportuno, com o início das atividades desses equipamentos socioassistenciais e com a devida justificativa.

**2.5** Neste sentido, consequentemente, justifica-se o quantitativo solicitado para atender integralmente, os serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e seus equipamentos instalados no município de Belford Roxo, são eles:

#### **2.6 SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF**

**2.6.1. UNIDADE:** Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico.

**2.6.2.** É serviço baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares.

**2.6.3.** Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente à esfera estatal sua implementação. Serviço ofertado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

**2.6.4.** O atendimento às famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros) pode ser realizado por meio do estabelecimento de equipes volantes ou mediante a implantação de unidades de CRAS itinerantes.

**2.6.5.** Todos os serviços da proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, em especial os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF. É a partir do trabalho com famílias no serviço PAIF que se organizam os serviços referenciados ao CRAS. O referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica ao CRAS possibilita a organização e hierarquização da rede socioassistencial no território, cumprindo a diretriz de descentralização da política de assistência social.

**2.6.6.** A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas.

**2.6.7.** O trabalho social com famílias, assim, apreende as origens, significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por toda a família, contribuindo para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sócio familiar no âmbito do SUAS.

**2.6.8. USUÁRIOS:** Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial:

- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;



- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

## **2.7. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

**2.7.1.** Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

**2.7.2.** Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros.

**2.7.3.** Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social.

**2.7.4. DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO PARA CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS:** Tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF.

**2.7.5.** Pauta-se no reconhecimento da condição peculiar de dependência, de desenvolvimento desse ciclo de vida e pelo cumprimento dos direitos das crianças, numa concepção que faz do brincar, da experiência lúdica e da vivência artística uma forma privilegiada de expressão, interação e proteção social.

**2.7.6.** Desenvolve atividades com crianças, inclusive com crianças com deficiência, seus grupos familiares, gestantes e nutrízes. Com as crianças, busca desenvolver atividades de convivência, estabelecimento e fortalecimento de vínculos e socialização centradas na brincadeira, com foco na garantia das seguranças de acolhida e convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas, acesso a brinquedos favorecedores do desenvolvimento e da sociabilidade e momentos de brincadeiras fortalecedoras do convívio com familiares.

**2.7.7.** Com as famílias, o serviço busca estabelecer discussões reflexivas, atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos e orientação sobre o cuidado com a criança pequena. Com famílias de crianças com deficiência inclui ações que envolvem grupos e organizações comunitárias para troca de informações acerca de direitos da pessoa com deficiência, potenciais das crianças, importância e possibilidades de ações inclusivas.

**2.7.8.** Deve possibilitar meios para que as famílias expressem dificuldades, soluções encontradas e demandas, de modo a construir conjuntamente soluções e alternativas para as necessidades e os problemas enfrentados.

**2.7.9. DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS:** Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades

contribuem para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

## **2.7.10. DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO PARA ADOLESCENTES E JOVENS DE 15**

**A 17 ANOS:** Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem.

**2.7.11.** As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social;

**2.7.12.** Criar oportunidades de acesso a direitos;

Estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

**2.7.13. DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇOS PARA JOVENS DE 18 A 29 ANOS:** Tem por foco o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na proteção social, assegurando espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo, de modo a desenvolver a sua convivência familiar e comunitária. Contribuir para a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos jovens, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades para novos projetos de vida, propiciar sua formação cidadã e vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social, detectar necessidades, motivações, habilidades e talentos.

**2.7.14.** As atividades devem possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas e contribuir para a inserção, reinserção e permanência dos jovens no sistema educacional e no mundo do trabalho, assim como no sistema de saúde básica e complementar, quando for o caso, além de propiciar vivências que valorizam as experiências que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos jovens, estimulando a participação na vida pública no território, ampliando seu espaço de atuação para além do território além de desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

**2.7.15. DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO PARA ADULTOS DE 30 A 59 ANOS:** Tem por foco o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, desenvolvendo ações complementares assegurando espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e encontros intergeracionais de modo a desenvolver a sua convivência familiar e comunitária. Contribuir para a ampliação do universo informacional, artístico e cultural, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades para novos projetos de vida, propiciar sua formação cidadã e detectar necessidades e motivações, habilidades e talentos, propiciando vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social, estimulando a participação na vida pública no território, além de desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

**2.7.16.** As atividades devem possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas e contribuir para a inserção, reinserção e permanência dos adultos no sistema educacional, no mundo do trabalho e no sistema de saúde básica e complementar, quando for o caso, além de propiciar vivências que

valorizam as experiências que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social, ampliando seu espaço de atuação para além do território inserido em consonância à Resolução CNAS nº 13/2014.

**2.7.17. DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO PARA IDOSOS:** Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir.

**2.7.17.1. USUÁRIOS:**

CRIANÇAS DE ATÉ 6 ANOS;

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS;

ADOLESCENTES E JOVENS DE 15 A 17 ANOS;

JOVENS DE 18 A 29 ANOS;

ADULTOS DE 30 A 59 ANOS;

IDOSOS(AS) COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 ANOS, EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

**2.7.17.2. UNIDADE:**

- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);

- Centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados ao CRAS.

**Proteção Social Especial**

**2.8. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)**

**2.8.1.** Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

**2.8.2.** O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

**2.8.2.1. USUÁRIOS:** Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:

- Violência física, psicológica e negligência;

- Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;

- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;

- Tráfico de pessoas;
- Situação de rua e mendicância;
- Abandono;
- Vivência de trabalho infantil;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;
- Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.

**UNIDADE:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

## **2.9. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)**

**2.9.1.** O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens.

**2.9.2.** Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

**2.9.3.** Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

**2.9.4.** O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

**2.9.5.** No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

**2.9.5.1. USUÁRIOS:** Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.

**2.9.5. 2. UNIDADE:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

## **2.10. SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

**2.10.1.** Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de

sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

**2.10.2.** Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

**2.10.3.** Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.

**2.10.4.** Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social.

**2.10.4.1. USUÁRIOS:** Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

**UNIDADE:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

## **SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL MODALIDADE CASA DE PASSAGEM**

**2.10.5.** Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

**2.10.6.** O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

**2.10.7.** Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

## **2.10.8. PARA ADULTOS E FAMÍLIAS:**

Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

Deve estar distribuído no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos.

O atendimento a indivíduos refugiados ou em situação de tráfico de pessoas (sem ameaça de morte) poderá ser desenvolvido em local específico, a depender da incidência da demanda.

O serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias pode ser desenvolvido nas seguintes modalidades:

1. Atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência com o limite máximo de 50 pessoas por unidade e de quatro pessoas por quarto;



2. Atendimento em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

## **PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA:**

Acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral.

Deve ser desenvolvido em local sigiloso, com funcionamento em regime de cogestão, que assegure a obrigatoriedade de manter o sigilo quanto à identidade das usuárias. Em articulação com rede de serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas e do Sistema de Justiça, deve ser ofertado atendimento jurídico e psicológico para a usuárias e seus filhos e/ou dependente quando estiver sob sua responsabilidade.

## **USUÁRIOS**

### **Adultos e famílias:**

- Por encaminhamento de agentes institucionais de Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Por encaminhamentos do CREAS ou demais serviços socioassistenciais, de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos;
- Demanda espontânea.

### **UNIDADE:**

#### **Para adultos e famílias:**

- Casa de Passagem.

As políticas de Assistência Social buscam o atendimento isonômico da população, como mandamento Constitucional inserto no Art. 203 da nossa Carta Magna de 1988, tendo como premissa básica a promoção de ações que propiciem o combate às desigualdades sociais correntes em nossa sociedade.

**2.11.** Por todos os motivos aqui elencados a contratação de **registro de preço**, para que não haja descontinuidade nas atividades na Sede e nos equipamentos socioassistenciais. apresenta-se como meio mais eficaz e recomendado para resolver a questão. Desta forma, será garantido o serviço por um período de **12 (doze) meses**.

**2.12.** Para obter a quantidade estimada de locação de veículo, o estudo técnico utilizou como base as estimativas de visitas realizadas pela equipe técnica, além do número de servidores público nos **EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E DA SEDE DA SEMASC**, conforme tabela que segue abaixo:

**2.13.** Por todos os motivos aqui elencados a contratação de registro de preço, para que não haja descontinuidade do serviço, apresenta-se como meio mais eficaz e recomendado para resolver a questão. Desta forma, será garantido o serviço por um período de **12 (doze) meses**.

## **2.14. DA TÉCNICA QUANTITATIVA**

<b>SERVIDORES LOTADOS NA SEMASCM</b>	
❖ SEDE	283 servidores
❖ CRIANÇA FELIZ	23 servidores
❖ PROTEÇÃO BÁSICA	174 servidores
❖ PROTEÇÃO ESPECIAL	79 servidores
<b>TOTAL</b>	<b>559 servidores</b>



**2.15.** Os serviços objeto desta contratação deverá ser prestados para Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. – SEMASC e nos equipamentos de Proteção Social Básica – PSB, Proteção Social Especial – PSE, vinculados a Secretaria Municipal de Assistência e Cidadania, conforme lista de localidades dispostas abaixo:

Locais
CREAS I Est. Doutor Plínio Casado, nº 3968 - Centro
CREAS II Avenida Joaquim da Costa Lima nº 2723 - Santa Amélia
CREAS III Rua Alameda, nº10 – Jardim Brasil
CENTRO POP Est. Doutor Plínio Casado, nº 3968 - Centro
Espaço Família Acolhedora Avenida Retiro da Imprensa, 1423 – Piam
Inst. de Acolhimento Mun. Lar da Esperança Rua Felipe Antônio Lopes Pinto, Nº 12 - Xavantes
Casa Lar Municipal Itaiara, nº 176 - Bairro das Graças
CRAS I Xavantes Avenida Atlântica, nº 850 – Xavantes
CRAS II - Santa Marta Rua Doutor Armando Resende, nº88 - Santa Marta
CRAS III - Nova Aurora Av. Nova Aurora, 36 - São Jorge
CRAS IV - Lote XV Rua Ademário Ferreira da Silva, 33, Lote XV
CRAS V - Shangrilá Rua Araticum, Nº 1005 Shangrilá
CRAS VI - Bom Pastor Rua Marinalva Souza da Silva, nº 120 - Bom Pastor
CRAS VII - Sargento Roncalhe Rua Jackson Martins, 84, apto 102, Sargento Roncalli
CRAS VIII - Parque Suécia Estrada da Ligação, 799, Parque Suécia
CRAS XI – Wona Rua Cromita, Lt 30 Qd .01 - Jardim Piedade
CRAS XII – Babi Av. Atlântica, 850 - Xavantes
CRAS XIII- Santa Tereza Estrada do Sarapuí, 200, Sta. Tereza

API - Atenção à pessoa idosa Av. Atlântica, nº 2016 – São Francisco
SEDE - SEMASC Avenida Retiro da Imprensa, 1423 – Piam
<b>POLO IRMÃ CELINA (CASA DO MENOR)</b> <b>VINCULADO AO CRAS V – SHANGRILÁ.</b> <b>Estrada do Itaipu Babi, 30, Shangrilá</b>
<b>POLO VILA CLÁUDIA</b> <b>VINCULADO AO CRAS V – SHANGRILÁ.</b> <b>Rua Padre Renato, 100, Itaipú</b>
<b>POLO CALVIRIO</b> <b>VINCULADO AO CRAS IV – LOTE XV.</b> <b>Rua Maria Peixoto, 04, Outeiro</b>
<b>POLO FUTURO BRILHANTE</b> <b>VINCULADO AO CRAS XI – WONA</b> <b>Rua Mario Santana, s/n, casa 1, QD 16, LT 3 (em frente ao Condomínio Vicenza).</b>

## ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

**2.16.** Os veículos que compõe o objeto da prestação de serviço contínuo devem atender as seguintes especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÊS	VALOR ANUAL
1	<b>Locação de veículo tipo van executiva,</b> ano/modelo 2025, com capacidade mínima para 16 (dezesseis) passageiros; com adaptação para acessibilidade, tipo de adaptação: 1 elevador p/ cadeirante com acionamento por controle remoto instalado na porta traseira ou lateral, elevação com sistema elétrico ou hidráulico, mínimo de 4 portas; direção hidráulica e/ou elétrica; freios abs.; vidros elétricos nas portas dianteiras; travas elétricas nas portas; retrovisores elétricos; sensor e/ou câmera de ré; faróis de neblina; desembaçador de vidro traseiro; computador de bordo; estribos laterais; central multimídia; sistema sonoro de alerta de marcha à ré acionada; tacógrafo digital; jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete na cabine do motorista; pintura na cor branca; motor de, no mínimo, 120 cv, combustível diesel; ar condicionado (cabine e salão)	Und.	05	R\$ 17.830,17	R\$ 89.150,85	R\$ <b>1.069.810,20</b>

	de fábrica; bagageiro no salão, todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; garantia mínima de 12 (doze) meses. mecânica a toda prova, documentação em dia.					
2	<b>Locação de veículo de passeio tipo minivan, station wagon (SW) ou sedan de grande porte</b> , ano 2025 com motorização mínima 1.8 acima de 98cv, com direção elétrica ou hidráulica, ar condicionado, vidros e travas elétricas, câmbio manual de 6 velocidades, sendo 5 a frente e 1 a ré, freios abs, air bag duplo, sistema de som com multimídia, banco do motorista com regulagem de altura, chave canivete com abertura e fechamento de vidros e travas quando comandado, porta malas com capacidade mínima de 500 litros, rodas aro 15 polegadas originais de fábrica de acordo com o modelo ofertado, sinalizador de frenagem de emergência, sistema de partida a frio para etanol sem reservatório de gasolina, sistema de monitoramento da calibragem dos pneus, garantia mínima de 3 anos sem limites de quilometragem e demais itens de segurança exigidos pelo denatran, licenciado em nome da administração sendo primeiro emplacamento. mecânica a toda prova, documentação em dia.	Und.	20	R\$ 5.248,01	R\$104.960,20	<b>R\$1.259,522,40</b>
3	<b>Locação de veículos micro-ônibus</b> a partir do ano de 2025 ou superior (completo), com capacidade mínima para 28 passageiros, direção hidráulica ou elétrica, cor branca, confortáveis, ar condicionado de fábrica, degraus ou rampa que permita a descida/subida de maneira confortável para os usuário, podendo estes serem adaptados escada/rampa acessória, com Adaptação para acessibilidade: instalação de <b>01 (um) elevador para cadeirante</b> , com acionamento por controle remoto, instalado na porta traseira ou lateral do veículo, com sistema de elevação elétrico ou hidráulico, de <b>fabricação nacional</b> . em perfeito estado de conservação,	Unid.	02	R\$16.225,75	R\$32.451,50	<b>R\$389.418,00</b>

	revisado conforme o código de trânsito brasileiro vigente, janelas amplas e escurecidas de fábrica, mecânica a toda prova, documentação em dia.					
4	<b>Locação de veículo</b> tipo PICK-UP Caminhonete, 02 portas, Ano/Modelo 2025 ou superior, na cor branca, Veículo tipo utilitário aberto, tipo Caminhonete, movido a gasolina/álcool ou Biocombustível, combustível por conta do contratante, 2 portas, motorização mínima 1.3 ou superior, direção hidráulica e/ou elétrica, vidros elétricos, trava elétrica nas 02 portas, alarme, com ar condicionado, capacidade mínima de 700kg e demais itens de segurança obrigatórios e exigidos pelo Contran, para atender as demandas da semasc, no transporte de pessoas e materiais, mecânica a toda prova, documentação em dia, manutenção por conta da contratada. Referência: Strada, Saveiro e seus Equivalentes,	Und.	01	R\$4.487,58	R\$4.487,58	<b>R\$53.850,96</b>
5	<b>Locação de veículo automotivo tipo ônibus</b> , modelo “rodoviário” completo (chassi e carroceria), adaptado para unidade móvel de atendimento, ano 2025. Adaptação para acessibilidade: instalação de <b>01 (um) elevador para cadeirante</b> , com acionamento por controle remoto, instalado na porta traseira ou lateral do veículo, com sistema de elevação elétrico ou hidráulico, de <b>fabricação nacional</b> ; Instalação de <b>toldo retrátil</b> (cobertura externa). Estrutura interna contendo: <b>2 (duas) salas de atendimento; 01 (uma) impressora; 01 (um) forno micro-ondas; e 01 (um) bebedouro</b> ; mecânica a toda prova, documentação em dia.	Und.	02	R\$22.331,41	R\$44.662,82	<b>R\$535.953,84</b>
	<b>Locação de veículo utilitário de carga (VUC) ou caminhão leve, com carroceria fechada tipo baú.</b> Ano/modelo 2025 ou superior, motor 2.5 turbo diesel, potência de 130,5 cv a 3.800 rpm, torque de 26 kgfm a 1.500 rpm,					

6	combustível diesel S10 ou superior, transmissão manual de 6 velocidades, tração 4x2 ou 4x4 selecionável, eixo rígido com feixe de molas semielípticas e amortecedores a gás, suspensão dianteira independente com barras de torção, barra estabilizadora e amortecedores a gás, altura mínima do solo entre os eixos de 260 mm, distância entre eixos de 2.415 mm, bitola dianteira de 1.505 mm e traseira de 1.460 mm, balanço traseiro de 1.205 mm. para ser utilizado em transporte de cargas e mercadorias em baú, carroceria metálica ou de madeira. para transportar mercadoria para a Sede e os equipamentos socioassistenciais vinculados a SEMASC. mecânica a toda prova, documentação em dia.	Und	01	R\$14.541,28	R\$14.541,28	<b>R\$174.495,36</b>
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$290.254,23</b>	<b>R\$3.483,76</b>

### 3. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** A CONTRATAÇÃO parcelada da locação de veículos justifica-se pela necessidade de adequação às demandas específicas e variáveis da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC, possibilitando maior flexibilidade e efetividade no atendimento às demandas de deslocamento no Município de Belford Roxo. O parcelamento permite que a prestação de serviço seja efetuada conforme a real necessidade, evitando contratações desnecessárias ou excessivas e garantindo a otimização dos recursos públicos.

**3.2** Além disso, essa modalidade amplia a competitividade entre os fornecedores, favorecendo propostas mais vantajosas para a administração pública, assegurando a economicidade e a eficiência do processo licitatório. Tal abordagem é tecnicamente viável e economicamente vantajosa, atendendo aos princípios da legislação vigente, e assegura a adequada mobilidade para as ações voltadas à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, promovendo o acesso e a inclusão social.

**3.3.** A necessidade de instauração do presente processo administrativo decorre do fato de que os equipamentos socioassistenciais – compreendendo as unidades da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial e a Sede da SEMASC – não possuem frota própria suficiente, tampouco estrutura adequada para manutenção, conservação ou gestão de veículos de forma contínua. Diante dessa limitação, torna-se imprescindível considerar a natureza do objeto, os critérios de economicidade e a finalidade pública da contratação, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.

**3.4.** As quantidades de veículos demandadas foram determinadas com base em critérios de proporcionalidade e razoabilidade, considerando a extensão territorial de atendimento, a frequência das ações em campo e a necessidade de cobertura logística contínua. A adoção desse critério visa garantir a manutenção regular dos serviços prestados, prevenir a interrupção de atividades essenciais e assegurar maior controle orçamentário, com otimização dos recursos públicos.

**3.5.** Destaca-se, ainda, que a divisão da contratação em parcelas não compromete a economia de escala; ao contrário, amplia a competitividade do certame ao permitir a participação de um número maior de licitantes, potencializando a obtenção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

**3.6.** Conclui-se, portanto, que o modelo de contratação ora proposto é técnica e economicamente adequado, promovendo a regularidade e continuidade das ações da Secretaria, o suporte necessário às atividades de campo e o cumprimento dos princípios constitucionais e legais que norteiam a atuação da Administração Pública.

**3.7.** O objeto em questão é caracterizado como serviço comum, passível de ampla competição de mercado, o que viabiliza a contratação de forma vantajosa mediante o Sistema de Registro de Preços. A adoção da estratégia de contratação parcelada e contínua baseia-se na busca por economicidade e apresenta os seguintes benefícios:

#### **3.7.1. EFICIÊNCIA OPERACIONAL:**

O modelo proposto proporciona maior eficiência na gestão da frota locada, permitindo que os veículos sejam utilizados de acordo com a real necessidade de cada unidade, com supervisão contínua dos gestores responsáveis. Isso assegura o controle de qualidade do serviço prestado e a adequação dos veículos às demandas operacionais.

#### **3.7.2. ESTÍMULO À COMPETITIVIDADE:**

A contratação parcelada estimula a participação de diferentes fornecedores, fomentando um ambiente competitivo que contribui para a obtenção de melhores condições contratuais. Essa concorrência contínua incentiva a apresentação de propostas mais vantajosas, com potencial de redução de custos para a Administração Pública. Além disso, reforça o alinhamento da contratação aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

## **4. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO OU DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS**

**4.1.** Em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio na presente licitação. A justificativa para tal vedação reside no fato de que o objeto licitado, locação de veículos, trata-se de serviço comum, amplamente ofertado no mercado, cuja execução não demanda a união de empresas para composição de capacidades técnicas ou econômicas. Dessa forma, a vedação não compromete a competitividade do certame, uma vez que há número suficiente de empresas habilitadas a participar de forma individual, atendendo plenamente às exigências estabelecidas no edital.

**4.1.2.** Ressalta-se que a possibilidade de consórcios é, como regra, reservada a contratações que envolvam objetos de alta complexidade técnica ou de grande vulto, situações em que a união de empresas se faz necessária para a composição dos requisitos mínimos exigidos, o que não é o caso da pretensa contratação, cujo objeto se trata de serviço comum, padronizado e amplamente disponível no mercado.

**4.1.3.** A vedação está amparada em jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que admite tal restrição desde que fundamentada, conforme exemplos:

*Acórdão nº 1921/2022 – TCU – Plenário: “É admissível a vedação à participação de empresas em consórcio desde que tal restrição esteja devidamente motivada no processo administrativo licitatório e no instrumento convocatório, em razão da natureza e complexidade do objeto.”*

*Acórdão nº 325/2010 – TCU – Plenário: “A vedação à participação de consórcios é*



*possível quando demonstrado que a contratação demanda uniformidade de procedimentos, centralização de responsabilidades ou celeridade na execução.”*

**4.2.** Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que compatível com o objeto licitado e observados os requisitos legais de habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista.

*Acórdão nº 1.486/2017 – TCU – Plenário: “É possível a participação de cooperativas em certames públicos desde que observem as exigências legais e não haja afronta ao caráter competitivo da licitação.”*

## **5 - RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)**

**5.1.** Conforme o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, os procedimentos licitatórios devem ser destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens cujo valor individual não ultrapassem o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). No entanto, no caso em tela, todos os itens da contratação possuem valores superiores a este limite, o que inviabiliza a aplicação da exclusividade prevista no referido dispositivo legal.

**5.2.** Da mesma forma, embora o art. 48, inciso III, da referida lei preveja a possibilidade de reserva de cota de até 25% do objeto total para a contratação preferencial de microempresas e empresa de pequeno porte, tal medida também se mostra inaplicável nesta contratação, uma vez que a natureza do objeto e sua forma de execução não permitem divisão lógica, técnica ou operacional do quantitativo contratado, de modo a assegurar a viabilidade da entrega por diferentes fornecedores, sem prejuízo à continuidade e eficiência dos serviços.

**5.3.** Desta forma, não será possível reservar itens ou cotas específica para ME/EPP nesta licitação, sem que haja afronta à economicidade, à eficiência e a própria lógica operacional do contrato. Ressalta-se, contudo, as MEs e EPPs continuarão podendo participar do certame em igualdade de condições com os demais licitantes, podendo se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido previsto na LC nº 123/2006, especialmente no que tange ao direito de regularização fiscal tardia, em caso de adjudicação.

## **6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**6.1.** Trata-se de prestação de serviço contínuo de bens comuns, tangíveis com forma física, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos nos documentos de contratação por meio de especificações usuais no mercado.

**6.2.** A descrição da solução apresenta-se técnica e economicamente viável, considerando que há, no cenário nacional, um mercado consolidado e amplamente utilizado pela Administração Pública em contratações de serviços contínuos de locação de veículos. Esse contexto é comprovado pelo histórico de contratações bem-sucedidas registrado nos Portais de Compras do Governo Federal, nos quais diversos órgãos utilizam a locação de veículos para atender demandas permanentes de mobilidade administrativa. Trata-se, portanto, de serviço essencial e recorrente, cuja continuidade é indispensável para a manutenção das atividades institucionais, caracterizando-se como prestação de serviço contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

**6.3.** A empresa contratada será responsável pela prestação de serviço **contínuo dos veículos**, de acordo com a demanda solicitada pelo órgão público, assegurando que todos os veículos estejam em conformidade com

os padrões de qualidade, segurança e regularidade estabelecidos pelos órgãos competentes, garantindo a plena operacionalidade do serviço.

**6.3.1.** No âmbito da prestação de serviços de **locação contínuo**, caberá à contratada realizar a entrega dos veículos, bem como executar **manutenção preventiva, corretiva, revisões e demais procedimentos necessários** conforme a evolução da quilometragem e das condições de uso. Os veículos serão entregues no prédio sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, sendo posteriormente direcionados aos equipamentos socioassistenciais conforme a demanda operacional, assegurando a continuidade dos serviços prestados à população.

**6.3.2.** A contratação de empresa especializada para a prestação de **serviço contínuo de locação de veículos automotores** visa garantir maior eficiência, economicidade e celeridade no atendimento das demandas municipais, otimizando o desempenho das equipes, dos equipamentos socioassistenciais e, consequentemente, a qualidade dos serviços oferecidos aos usuários.

## 7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

### 7.1. DA FISCALIZAÇÃO

**7.1.1.** A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) designará gestor do contrato, comissão de fiscalização e fiscal administrativo para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato de locação de veículos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observadas as atribuições previstas na legislação vigente.

**7.1.2.** A comissão de fiscalização acompanhará a execução contratual quanto aos aspectos técnicos e operacionais da locação dos veículos, incluindo disponibilidade, condições de uso, manutenção, substituições e conformidade com as especificações contratuais.

**7.1.3.** A fiscalização técnica do contrato deverá registrar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, incluindo a descrição de eventuais falhas, defeitos ou descumprimentos, com as devidas orientações para regularização. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**7.1.4.** Caso sejam identificadas irregularidades ou desconformidades na execução contratual, a comissão de fiscalização emitirá notificações formais à contratada, estipulando prazos para correção. (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, III).

**7.1.5.** A comissão de fiscalização deverá comunicar tempestivamente ao gestor do contrato qualquer situação que demande decisão ou adoção de providências que extrapolem sua competência, para que sejam adotadas as medidas cabíveis. (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, IV).

**7.1.6.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como acompanhará o processo de empenho, pagamentos, garantias, glosas, apostilamentos e termos aditivos, solicitando documentos comprobatórios quando necessário. (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, I e II).

**7.1.7.** Em caso de descumprimento contratual, o fiscal administrativo deverá atuar de forma imediata para resolução do problema, reportando a situação ao gestor do contrato, caso ultrapasse sua alçada. (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, IV).

**7.1.8.** Caso os veículos entregues estejam em desacordo com as especificações contratadas, ou apresentem defeitos ou falhas operacionais, deverão ser substituídos, sem custos adicionais à Administração, no prazo estipulado pela fiscalização, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

**7.1.9.** O prazo do contrato será por um período de **12 (doze) meses, prorrogável por 05 (cinco) anos, desde que comprovado o preço mais vantajoso.**

## **7.2. DA ENTREGA**

**7.2.1.** Os veículos deverão ser entregues no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data de recebimento da respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

**7.2.2** O local de entrega dos veículos será a sede da SEMASC, situada na Avenida Retiro da Imprensa, 1423/1455, PIAM – Belford Roxo, CEP 26112-180, funcionando das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais, estaduais e municipais. Após o recebimento, caberá à SEMASC realizar a distribuição dos veículos às unidades socioassistenciais, conforme as necessidades operacionais de cada equipamento.

## **7.3. DAS ETAPAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**7.3.1.** O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

**a) Recebimento Provisório:** I. Será realizado no ato da entrega pela comissão de fiscalização. II. Nessa etapa, será verificada, de forma sumária, a quantidade de veículos disponibilizados, as condições aparentes de uso e conservação, bem como a conformidade com as especificações técnicas e operacionais previstas no instrumento convocatório e no contrato. III. Constatada a conformidade, o responsável atestará o recebimento provisório na nota fiscal ou documento equivalente, dando início ao prazo para o recebimento definitivo.

**b) Recebimento Definitivo:** I. Será realizado pela comissão de fiscalização em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório. II. Nesta fase, será feita a verificação qualitativa e detalhada, comprovando que o objeto atende a todas as especificações mínimas exigidas e às normas aplicáveis ANVISA - Resolução RDC nº 275, de 1º de julho de 2022, portarias do INMETRO, Ministério da Saúde, Informe Técnico nº 21/2011 e etc., incluindo a análise de laudos e certificados, se for o caso. III. Após a verificação final e não havendo irregularidades, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, condição para autorizar o pagamento. IV. Será concedido o prazo de 30 (trinta) dias úteis para a substituição dos veículos que, eventualmente, não atendam às especificações, independentemente do motivo alegado, sendo todas as despesas decorrentes dessa substituição de responsabilidade do interessado.

**7.3.2.** A aceitação provisória é condição essencial para o RECEBIMENTO DEFINITIVO dos materiais, que será atestado pela comissão de fiscalização.

**7.3.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução da obrigação.

## **7.4. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.4.1.** Todos os veículos deverão estar em conformidade com as exigências legais de trânsito e segurança, incluindo licenciamento atualizado, seguros obrigatórios, revisões técnicas regulares, e demais normativas estabelecidas pelos órgãos competentes.

**7.4.2.** Os veículos deverão ser entregues limpos, abastecidos com combustível compatível, com todos os equipamentos obrigatórios e acessórios em perfeitas condições de uso, sem danos aparentes ou vícios ocultos.

**7.4.3.** Caso algum veículo entregue apresente falhas mecânicas, elétricas ou não esteja em conformidade com os requisitos contratuais, será recusado e deverá ser substituído de imediato, correndo os custos de logística e substituição por conta da contratada.

**7.4.4.** O recebimento do objeto não exime a contratada de substituí-lo caso, posteriormente, sejam constatados defeitos ou vícios ocultos, ficando sujeita às penalidades legais cabíveis.

**7.4.5.** A contratante poderá recusar a entrega de qualquer veículo que não esteja de acordo com as especificações previstas, bem como exigir sua substituição imediata.

## **7.5. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.5.1.** A responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva, bem como pela regularidade documental dos veículos (licenciamento, seguro, IPVA, etc.), será integralmente da contratada durante toda a vigência contratual.

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- b) Atuar no recebimento provisório e definitivo dos veículos;
- c) Efetuar os pagamentos devidos, conforme condições pactuadas;
- d) Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando necessário;
- e) Notificar a CONTRATADA quanto a falhas ou irregularidades;
- f) Não se responsabilizar por obrigações assumidas pela CONTRATADA perante terceiros.

## **8. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA**

**8.1.** A presente despesa correrá à conta da seguinte indicação orçamentária:

Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Fonte de Recursos
08.245.034.2.101	3.3.90.39.00	1661
08.245.034.2.100	3.3.90.39.00	1661
08.245.034.2.100	3.3.90.39.00	1660

## **9. DAS CARACTERÍSTICAS DO BEM**

**9.1.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como de serviço comuns, conforme justificativa constante neste Termo de Referência.

**9.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo;

**9.3.** O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua.

**9.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **10. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**10.1.** Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da contratada, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**10.2.** Ao oferecer sua proposta, a contratada deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e

considerar as condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca e preço unitário por item, com vírgula.

**10.3.** A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da contratação.

**10.4.** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS, IPVA, Seguro, Taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto não tenha ônus para o Município de Belford Roxo.

## 11. DA QUALIFICAÇÃO – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

### A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Pessoa física: cédula de identidade (RG) e (CPF) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional. (Art.68, I, Lei Federal nº 14.133/2021).

A.2) Registro comercial, no caso de empresário individual.

(A.3) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado.

(A.3.a) Cópia da Identidade e CPF dos sócios no Cadastro Social.

(A.4.) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.4.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.5) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.6) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.7). Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

### (B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil acompanhado das notas explicativas e demais demonstrações contábeis, conforme dispõe o art. 69º inciso I da Lei nº 14.133/2021.

(B.1.a). Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

(B1.b). Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

(B.1.c). Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.



(B.1.d) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.e) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.f) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

(B.1.2). Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1). Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2). Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1). Quando se tratar de sociedade constituída no exercício atual, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá a empresa apresentar capital social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.2.1) O balanço patrimonial e demonstrativo do exercício do resultado deverá ser apresentado na forma dos arts. 1.078, 1.079 e 1.186 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro) e atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade e Instruções do Conselho Federal de Contabilidade, o mesmo se aplica as demais demonstrações contábeis.

(B.2.2). Ressalvada a apresentação pelos Microempreendedores Individuais (MEI), devendo ser apresentado documento equivalente.



(B.3) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

(B.3.1) Caso a Licitante não seja sediada na Comarca de Belford Roxo deverá apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Offícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

## **(C) – HABILITAÇÃO FISCAL**

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF. (Art. 68, I, Lei Federal nº 14.133/2021).

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação. (Art. 68, I, Lei Federal nº 14.133/2021).

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos: (art. 68, III, § 2º, Lei Federal nº 14.133/2021).

C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa.

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa;

(C.4) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS. (Art.68, IV, § 2º, Lei Federal nº 14.133/2021).

## **(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA**

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo VI, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo. (Art. 68, V, Lei Federal nº 14.133/2021).

## **(E) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **E.1) Comprovação de Aptidão Técnica**

A licitante deverá comprovar aptidão técnica compatível com o objeto da contratação, demonstrando experiência prévia na prestação de serviços de locação de veículos similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao exigido no edital.

Os documentos apresentados deverão conter, no mínimo:

- Identificação do emitente (órgão público ou empresa privada);

- Descrição detalhada do serviço prestado ou do objeto fornecido;
- Período de execução;
- Informações que atestem a regularidade e adequação do serviço;
- Declaração expressa de que os serviços foram realizados satisfatoriamente.

## **1- Atestados de Capacidade Técnica**

Serão aceitas declarações ou certificados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a experiência da empresa na locação de veículos semelhantes aos descritos no edital, atestando sua capacidade para atender às demandas específicas do serviço social. Preferencialmente, os atestados devem referir-se à locação de veículos do mesmo tipo e quantidade exigida, durante período mínimo de 12 meses, conforme previsto no Termo de Referência.

## **F) – DA EXIGÊNCIA DAS AMOSTRAS:**

**F.1)** A modalidade de licitação escolhida é destinada a contratação futura de serviços comuns que se supõe não demandar análise tão detalhada a ponto de exigir amostras. Sendo assim fica caracterizada a desnecessidade do envio de amostras.

## **G) DA GARANTIA DOS PRODUTOS:**

**G.1.** A Contratada deverá assegurar a plena garantia dos veículos disponibilizados em regime de locação durante toda a vigência do contrato, responsabilizando-se pela manutenção das condições de uso, segurança, desempenho e conformidade técnica exigidas pela legislação vigente e pelo Termo de Referência.

**G.2.** A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, vícios aparentes ou ocultos, falhas mecânicas, elétricas ou estruturais, bem como qualquer irregularidade que comprometa a utilização adequada dos veículos, não sendo admitida a transferência de custos à Contratante.

**G.3.** Constatada qualquer avaria, defeito ou indisponibilidade que inviabilize ou prejudique a utilização dos veículos, a Contratada deverá providenciar, às suas expensas, o reparo imediato ou a substituição por outro veículo de características equivalentes ou superiores, dentro do prazo estabelecido contratualmente, assegurando a continuidade dos serviços públicos.

**G.5.** A garantia terá início a partir do recebimento definitivo dos veículos pelo Município ou da data de início da locação, permanecendo válida durante toda a execução contratual. Caberá exclusivamente à Contratada o ônus da prova quanto à origem de eventual defeito, especialmente nos casos em que alegar desgaste natural ou uso inadequado.

**G.6.** A garantia deverá abranger quaisquer defeitos de fabricação, bem como vícios ocultos e/ou aparentes, na qualidade, apresentação e condições, isto posto, conforme item 7.15 – Do Modelo de Execução do Objeto. Ou qualquer outro problema que comprometa a qualidade e a segurança dos veículos fornecidos, sem qualquer custo adicional para o Município.

**G.7.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá assegurar a qualidade dos veículos entregues e das condições aparentes e/ou ocultas, devendo realizar a substituição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, às suas expensas, total ou parcial, dos itens que apresentarem não conformidade, defeito ou avaria decorrente de transporte inadequado ou falha no processo de preparo.

**G.8.** Incumbe a CONTRATADA o ônus da prova da origem do defeito.

## **11.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a). Entregar os veículos, na quantidade, qualidade, apresentação e condições, local e prazos especificados conforme Termo de Referência.
- b) . Entregar os veículos dentro das especificações estabelecidas, na forma estabelecida em contrato, responsabilizando-se pelas informações necessárias que deverão estar expressas no CRLV nas alterações de características.
- c) A inobservância ao disposto no subitem b implicará o não pagamento do valor devido à Contratada, até que haja a necessária regularização
- d). Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias.
- e). Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato.
- f) Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.
- g). Remover ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.
- h). Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.
- i). Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas.
- j). Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando à Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.
- k). Emitir fatura no valor pactuado e condições do Contrato, apresentando-a ao Contratante para ateste e pagamento.
- l). Observar as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei 14.133/2021, Decreto Municipal 4.780/2023 e demais legislações pertinentes.

**11.2.** Considerando que o objeto desta contratação se refere à locação de veículos, com condições de uso previamente estabelecidas, a exigência de visita técnica não se justifica e está dispensada, salvo em situações excepcionais, devidamente fundamentadas pela Administração, salvo em situação excepcional que venha a ser devidamente fundamentada pela Administração.

**11.2.1.** O local de entrega dos veículos encontra-se descritos neste Termo de Referência, sendo de responsabilidade da empresa licitante observar as condições de acesso, horários de funcionamento e demais especificidades logísticas, sem prejuízo à execução contratual.

### **11.3. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como, atestar na Nota Fiscal a efetiva execução do objeto.
- b). Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou prejudicial à saúde dos servidores e usuários.
- c). Designar servidor ou Comissão para proceder aos recebimentos provisórios e definitivos do objeto contratado, ou rejeitá-lo.
- d). Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste termo.
- e). Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- f) Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do objeto.

- g) Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares contratuais cabíveis.
- h). Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto contratado.
- i) Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas, irregularidades verificadas no objeto fornecido ou imperfeições, fixando prazo para sua correção.
- J) A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 12. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA.

### 12.1 MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

**12.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a legislação vigente e com a Resolução SEPLAG n.º 429/2011.

### 12.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

**12.2.1.** Será adotado o critério MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo eficiência, economicidade e qualidade no atendimento às demandas dos equipamentos socioassistenciais.

### 12.3. MODO DE DISPUTA:

**12.3.1.** O objeto da presente contratação consiste na **locação contínua de veículos automotores**, sem motorista, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Administração Pública, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.

### 12.4. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

**12.4.1.** O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviço contínuo de locação de veículos automotores novos, zero quilometro, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Administração Pública, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos no Termo de Referência.

**12.4.2.** Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados, emplacados, com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e demais normas vigentes.

**12.4.3.** Os veículos locados deverão atender às especificações técnicas mínimas definidas pela Administração, incluindo ano de fabricação, tipo de combustível, capacidade, desempenho, conforto e requisitos de segurança, não sendo admitidos veículos com histórico de sinistro grave ou restrições legais.

**12.4.4** A empresa contratada será responsável por todas as despesas relacionadas à locação dos veículos, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro total, impostos, taxas, licenciamento, substituição de veículos em caso de falha, avaria ou indisponibilidade, bem como pela disponibilização de veículo reserva quando necessário.

**12.4.5.** A locação ocorrerá de forma **contínua**, conforme a demanda da Administração e mediante emissão de ordem de serviço, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato, garantindo a continuidade dos serviços públicos e a adequada gestão da frota.

## 13- DO CONTRATO

**13.1.** A presente licitação será realizada na modalidade de Registro de Preços, conforme previsto nos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que mantida a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do artigo 84 da referida lei.

**13.2.** O prazo de vigência da contratação decorrente da ata é de 12 (doze) meses, prorrogável por até 05 (cinco) anos conforme disposições previstas nos artigos 106, § 2 da Lei nº 14.133, de 2021, visando assegurar a continuidade dos serviços.

**13.3.** A locação de veículo será considerada como serviço continuado, dada a natureza permanente e contínua da demanda, além de representar a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

**13.4.** O contrato oriundo da ata de registro de preços detalhará as regras específicas relativas à vigência e execução da contratação, garantindo o cumprimento dos prazos e a qualidade dos serviços previstos.

**13.5.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**13.6.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**13.7.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**13.8.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**13.9.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**13.10.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**13.11.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 13.12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

**13.12.1.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue na Av. Retiro da Imprensa, 1423/1455, Piam, Belford Roxo, CEP: 26.112-180, RJ, no Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS, acompanhada das respectivas certidões de regularidade fiscal e trabalhista, e demais documentos exigidos pelo órgão de controle municipal, além de estar devidamente atestada pelos servidores designados; obrigatoriamente com o número de inscrição



no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como, da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ.

**13.12.2.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento do produto e a apresentação e o atesto da nota fiscal/fatura.

**13.12.3.** O pagamento fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA se encontra adimplente com a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal.

### **13.13. DA ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.13.1.** Esta Ata de Registro de Preços não poderá ser objeto de adesão por Órgãos não participantes do Registro de Preços.

### **13.14. DAS GARANTIAS DO CONTRATO**

**13.14.1.** Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, será exigida da contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da homologação do certame, e obrigatoriamente antes da assinatura do contrato, sob pena de impedimento da contratação, a prestação de garantia correspondente de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, nas modalidades de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

**13.14.2.** A garantia terá como finalidade assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato, incluindo a disponibilização dos veículos em perfeitas condições de uso, com documentação regular, seguro vigente, manutenções preventivas e corretivas em dia, bem como a substituição imediata do veículo em caso de falha, pane ou qualquer impedimento de uso.

**13.14.3.** O descumprimento das obrigações pactuadas poderá ensejar a execução da garantia contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na legislação vigente e no contrato.

### **13.15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**13.15.1.** Excepcionalmente, poderá ser admitida a subcontratação parcial, desde que devidamente justificada e previamente autorizada pela Administração, desde que não implique transferência da responsabilidade contratual nem comprometa a qualidade dos serviços, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela execução, fiscalização e pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato.

## **14. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATOS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES.**

**14.1.** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidores ou equipe designada formalmente pela Administração Pública Municipal, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.** As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**14.3.** O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**14.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente - o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**14.5.** A inexecução do presente, total ou parcial, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração do presente compromisso, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência pela inexecução parcial do contrato;

b) multa de moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória, nos casos de rescisão por culpa do contratado;



c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, nos casos de rescisão por culpa do contratado. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);

d) multa de 30% (trinta por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 03 (três) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**14.6** A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor do contrato e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação do contratado observando o prazo de defesa de 15 dias úteis.

**14.7.** Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, observado o procedimento descrito no Decreto Municipal.

**14.8.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do item 14.5. podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

**14.9.** Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais do contratado, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

**14.10.** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato nem tampouco afasta o dever do contratado de reparação integral dos danos causados à administração.

**14.11.** A aplicação das sanções previstas neste item observará o disposto na lei n.º 14.133/2021.

**14.12.** Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do *quantum* das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art.156, parágrafo 1º, da Lei 14.133/2021.

**14.13.** A notificação do contratado dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza da ciência. Admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

**14.14.** A prática de ato tipificado na Lei nº 12.846/13 será apurada em autos próprios, observando o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei nº 14.133/2021.

## 15. DISPOSIÇÕES GERAIS.

**15.1.** Este Termo de Referência foi elaborado com base nas necessidades da Administração Pública Municipal, visando garantir a adequada contratação de empresa especializada em locação de veículo aos equipamentos socioassistenciais e Sede da SEMASC, de forma contínua, eficiente e com qualidade.

**15.2.** A execução do contrato decorrente deste TR deverá observar, além das condições aqui descritas, as disposições da Lei nº 14.133/2021, da legislação complementar vigente, do edital e de seus anexos, bem como das demais normas aplicáveis à contratação pública.

**15.3.** As especificações, exigências e diretrizes constantes deste documento poderão ser ajustadas pela Administração durante a fase interna do processo licitatório, desde que não haja alteração do objeto, conforme autorização legal.

**15.4.** Quaisquer casos omissos ou situações excepcionais serão analisados pela autoridade competente, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

**15.5.** Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços ou alteração de qualidade.

**15.6.** O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos, impostos e tributos que estarão embutidas no valor do fornecimento contínuo de veículos automotores que correrão por conta da CONTRATADA.

**15.7.** Para as sanções administrativas serão levadas em conta a legislação federal que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos.

**15.8.** Quaisquer questionamentos futuros serão esclarecidos pela Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e do combate à fome, **na sala do Departamento Jurídico**, através do telefone:(21) (2662-0444), no endereço eletrônico: juridicosemascbelfordroxo@gmail.com ou ainda no endereço **situado na AV. Retiro da imprensa, 1423/1455, PIAM – Belford Roxo; CEP: 26112-180**, no horário e período compreendido entre 8h e 17h, de 2ª à 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Belford Roxo.

**Belford Roxo/RJ, 25 de março de 2026.**

***Wesley Barros Ribeiro Malta***  
***Superintendente Jurídico***  
***Mat. 60/101.616***  
***SEMASC – PMBR***

Aprova o Termo de Referência.

***Diogo Bastos Xavier***  
***Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania***  
***Mat. 80/1000.26***  
***SEMASC -PMBR***

## ANEXO II

### CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

LICITAÇÃO N.º 90007/2026

PROCESSO N.º 56/114/2025

### MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	<b>Locação de veículo tipo van executiva</b> , ano/modelo 2025, com capacidade mínima para 16 (dezesseis) passageiros; com adaptação para acessibilidade, tipo de adaptação: 1 elevador p/ cadeirante com acionamento por controle remoto instalado na porta traseira ou lateral, elevação com sistema elétrico ou hidráulico, mínimo de 4 portas; direção hidráulica e/ou elétrica; freios abs.; vidros elétricos nas portas dianteiras; travas elétricas nas portas; retrovisores elétricos; sensor e/ou câmera de ré; faróis de neblina; desembaçador de vidro traseiro; computador de bordo; estribos laterais; central multimídia; sistema sonoro de alerta de marcha à ré acionada; tacógrafo digital; jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete na cabine do motorista; pintura na cor branca; motor de, no mínimo, 120 cv, combustível diesel; ar condicionado (cabine e salão) de fábrica; bagageiro no salão, todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; garantia mínima de 12 (doze) meses. mecânica a toda prova, documentação em dia.	Und	05	R\$ 17.830,17	R\$ 89.150,85	R\$ 1.069.810,20
2	<b>Locação de veículo de passeio tipo minivan, station wagon (SW) ou sedan de grande porte</b> , ano 2025 com motorização mínima 1.8 acima de 98cv, com direção elétrica ou hidráulica, ar condicionado, vidros e travas elétricas, câmbio manual de 6 velocidades, sendo 5 a frente e 1 a ré, freios abs, air bag duplo, sistema de som com multimídia, banco do motorista com regulagem de altura, chave canivete com abertura e fechamento de vidros e travas quando comandado, porta malas com capacidade mínima de 500 litros, rodas aro 15 polegadas originais de fábrica de acordo com o modelo ofertado,	Und	20	R\$ 5.248,01	R\$ 104.960,20	R\$ 1.259.522,40

	sinalizador de frenagem de emergência, sistema de partida a frio para etanol sem reservatório de gasolina, sistema de monitoramento da calibragem dos pneus, garantia mínima de 3 anos sem limites de quilometragem e demais itens de segurança exigidos pelo denatran, licenciado em nome da administração sendo primeiro emplacamento. mecânica a toda prova, documentação em dia.					
3	<b>Locação de veículos micro-ônibus</b> a partir do ano de 2025 ou superior (completo), com capacidade mínima para 28 passageiros, direção hidráulica ou elétrica, cor branca, confortáveis, ar condicionado de fábrica, degraus ou rampa que permita a descida/subida de maneira confortável para os usuário, podendo estes serem adaptados escada/rampa acessória, com Adaptação para acessibilidade: instalação de <b>01 (um) elevador para cadeirante</b> , com acionamento por controle remoto, instalado na porta traseira ou lateral do veículo, com sistema de elevação elétrico ou hidráulico, de <b>fabricação nacional</b> . em perfeito estado de conservação, revisado conforme o código de trânsito brasileiro vigente, janelas amplas e escurecidas de fábrica, mecânica a toda prova, documentação em dia.	Und	02	<b>R\$ 16.225,75</b>	<b>R\$ 32.451,50</b>	<b>R\$ 389.418,00</b>
4	<b>Locação de veículo</b> tipo PICK-UP Caminhonete, 02 portas, Ano/Modelo 2025 ou superior, na cor branca, Veículo tipo utilitário aberto, tipo Caminhonete, movido a gasolina/álcool ou Biocombustível, combustível por conta do contratante, 2 portas, motorização mínima 1.3 ou superior, direção hidráulica e/ou elétrica , vidros elétricos, trava elétrica nas 02 portas, alarme, com ar condicionado, capacidade mínima de 700kg e demais itens de segurança obrigatórios e exigidos pelo Contran, para atender as demandas da semasc, no transporte de pessoas e materiais, mecânica a toda prova, documentação em dia, manutenção por conta da contratada. Referência: Strada, Saveiro e seus equivalentes.	Und	01	<b>R\$ 4.487,58</b>	<b>R\$ 4.487,58</b>	<b>R\$ 53.850,96</b>

5	<p><b>Locação de veículo automotivo tipo ônibus</b>, modelo “rodoviário” completo (chassi e carroceria), adaptado para unidade móvel de atendimento, ano 2025. Adaptação para acessibilidade: instalação de <b>01 (um) elevador para cadeirante</b>, com acionamento por controle remoto, instalado na porta traseira ou lateral do veículo, com sistema de elevação elétrico ou hidráulico, de <b>fabricação nacional</b>;</p> <p>Instalação de <b>toldo retrátil</b> (cobertura externa). Estrutura interna contendo: <b>2 (duas) salas de atendimento</b>; <b>01 (uma) impressora</b>; <b>01 (um) forno micro-ondas</b>; e <b>01 (um) bebedouro</b>; mecânica a toda prova, documentação em dia.</p>	Und.	02	R\$ 22.331,41	R\$ 44.662,82	R\$ 535.953,84
6	<p><b>Locação de veículo utilitário de carga (VUC) ou caminhão leve, com carroceria fechada tipo baú</b>. Ano/modelo 2025 ou superior, motor 2.5 turbo diesel, potência de 130,5 cv a 3.800 rpm, torque de 26 kgfm a 1.500 rpm, combustível diesel S10 ou superior, transmissão manual de 6 velocidades, tração 4x2 ou 4x4 selecionável, eixo rígido com feixe de molas semielípticas e amortecedores a gás, suspensão dianteira independente com barras de torção, barra estabilizadora e amortecedores a gás, altura mínima do solo entre os eixos de 260 mm, distância entre eixos de 2.415 mm, bitola dianteira de 1.505 mm e traseira de 1.460 mm, balanço traseiro de 1.205 mm. para ser utilizado em transporte de cargas e mercadorias em baú, carroceria metálica ou de madeira. para transportar mercadoria para a Sede e os equipamentos socioassistenciais vinculados a SEMASC. mecânica a toda prova, documentação em dia.</p>	Und	01	R\$ 14.541,28	R\$ 14.541,28	R\$ 174.495,36
VALOR TOTAL					R\$ 290.254,23	R\$ 3.483.050,76

**Valor total estimado: R\$ 3.483.050,76 (três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil e cinquenta reais e setenta e seis centavos).**

**ANEXO III**  
**MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

Atendendo à consulta formulada na licitação acima referida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, cotamos para o objeto em licitação o valor abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	<b>Locação de veículo tipo van executiva</b> , ano/modelo 2025, com capacidade mínima para 16 (dezesseis) passageiros; com adaptação para acessibilidade, tipo de adaptação: 1 elevador p/ cadeirante com acionamento por controle remoto instalado na porta traseira ou lateral, elevação com sistema elétrico ou hidráulico, mínimo de 4 portas; direção hidráulica e/ou elétrica; freios abs.; vidros elétricos nas portas dianteiras; travas elétricas nas portas; retrovisores elétricos; sensor e/ou câmera de ré; faróis de neblina; desembaçador de vidro traseiro; computador de bordo; estribos laterais; central multimídia; sistema sonoro de alerta de marcha à ré acionada; tacógrafo digital; jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete na cabine do motorista; pintura na cor branca; motor de, no mínimo, 120 cv, combustível diesel; ar condicionado (cabine e salão) de fábrica; bagageiro no salão, todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; garantia mínima de 12 (doze) meses. mecânica a toda prova, documentação em dia.	Und	05	R\$	R\$	R\$
	<b>Locação de veículo de passeio tipo minivan, station wagon (SW) ou sedan de grande porte</b> , ano 2025 com motorização mínima 1.8 acima de 98cv, com direção elétrica ou hidráulica, ar condicionado, vidros e travas elétricas, câmbio manual de 6 velocidades, sendo 5 a frente e 1 a ré, freios abs, air bag duplo, sistema de som com					



2	multimídia, banco do motorista com regulagem de altura, chave canivete com abertura e fechamento de vidros e travas quando comandado, porta malas com capacidade mínima de 500 litros, rodas aro 15 polegadas originais de fábrica de acordo com o modelo ofertado, sinalizador de frenagem de emergência, sistema de partida a frio para etanol sem reservatório de gasolina, sistema de monitoramento da calibragem dos pneus, garantia mínima de 3 anos sem limites de quilometragem e demais itens de segurança exigidos pelo denatran, licenciado em nome da administração sendo primeiro emplacamento. mecânica a toda prova, documentação em dia.	Und	20	R\$	R\$	R\$
3	<b>Locação de veículos micro-ônibus</b> a partir do ano de 2025 ou superior (completo), com capacidade mínima para 28 passageiros, direção hidráulica ou elétrica, cor branca, confortáveis, ar condicionado de fábrica, degraus ou rampa que permita a descida/subida de maneira confortável para os usuário, podendo estes serem adaptados escada/rampa acessória, com Adaptação para acessibilidade: instalação de <b>01 (um) elevador para cadeirante</b> , com acionamento por controle remoto, instalado na porta traseira ou lateral do veículo, com sistema de elevação elétrico ou hidráulico, de <b>fabricação nacional</b> . em perfeito estado de conservação, revisado conforme o código de trânsito brasileiro vigente, janelas amplas e escurecidas de fábrica, mecânica a toda prova, documentação em dia.	Und	02	R\$	R\$	R\$
4	<b>Locação de veículo</b> tipo PICK-UP Caminhonete, 02 portas, Ano/Modelo 2025 ou superior, na cor branca, Veículo tipo utilitário aberto, tipo Caminhonete, movido a gasolina/álcool ou Biocombustível, combustível por conta do contratante, 2 portas, motorização mínima 1.3 ou superior, direção hidráulica e/ou elétrica, vidros elétricos, trava elétrica nas 02 portas, alarme, com ar condicionado, capacidade mínima de 700kg e demais itens de segurança obrigatórios e exigidos pelo Contran, para atender as demandas da semasc, no transporte de pessoas e materiais, mecânica a toda prova, documentação em dia, manutenção por conta da contratada. Referência: Strada, Saveiro e seus equivalentes.	Und	01	R\$	R\$	R\$

5	<p><b>Locação de veículo automotivo tipo ônibus</b>, modelo “rodoviário” completo (chassi e carroceria), adaptado para unidade móvel de atendimento, ano 2025. Adaptação para acessibilidade: instalação de <b>01 (um) elevador para cadeirante</b>, com acionamento por controle remoto, instalado na porta traseira ou lateral do veículo, com sistema de elevação elétrico ou hidráulico, de <b>fabricação nacional</b>;</p> <p>Instalação de <b>toldo retrátil</b> (cobertura externa). Estrutura interna contendo: <b>2 (duas) salas de atendimento</b>; <b>01 (uma) impressora</b>; <b>01 (um) forno micro-ondas</b>; e <b>01 (um) bebedouro</b>; mecânica a toda prova, documentação em dia.</p>	Und.	02	R\$	R\$	R\$
6	<p><b>Locação de veículo utilitário de carga (VUC) ou caminhão leve, com carroceria fechada tipo baú</b>. Ano/modelo 2025 ou superior, motor 2.5 turbo diesel, potência de 130,5 cv a 3.800 rpm, torque de 26 kgfm a 1.500 rpm, combustível diesel S10 ou superior, transmissão manual de 6 velocidades, tração 4x2 ou 4x4 selecionável, eixo rígido com feixe de molas semielípticas e amortecedores a gás, suspensão dianteira independente com barras de torção, barra estabilizadora e amortecedores a gás, altura mínima do solo entre os eixos de 260 mm, distância entre eixos de 2.415 mm, bitola dianteira de 1.505 mm e traseira de 1.460 mm, balanço traseiro de 1.205 mm. para ser utilizado em transporte de cargas e mercadorias em baú, carroceria metálica ou de madeira. para transportar mercadoria para a Sede e os equipamentos socioassistenciais vinculados a SEMASC. mecânica a toda prova, documentação em dia.</p>	Und	01	R\$	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

**Valor total estimado: R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

O Prazo de Validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega da presente.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

DADOS DA PROPONENTE

Razão Social:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Insc. Municipal:

Endereço:

Telefones:

E-Mail:

Banco: Agência: Conta-Corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração)

Nome:

Nacionalidade:

Profissão:

Estado Civil:

CPF:

Identidade:

Órgão Exp.:

Data de Emissão:

Telefone:

E-Mail:

(local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)

(Em papel timbrado do licitante).

## ANEXO IV

### MODELO DAS DECLARAÇÕES CONJUNTAS

#### PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

A/C Sr. Pregoeiro(a)

- O licitante atende aos requisitos de habilitação, declarando a veracidade das informações prestadas;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- A licitante se compromete a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- A licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- A licitante assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- A licitante não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e na Lei n.º 12.846/13;
- A proposta econômica do licitante compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação.

(local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)

(Em papel timbrado do licitante).

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP

#### PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

A/C Sr. Pregoeiro(a)

- Declaro para os devidos fins, que os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar n.º 123/06.

(local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)

(Em papel timbrado do licitante).

## ANEXO VI

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_

PROCESSO: Nº \_\_\_\_

LICITAÇÃO: Nº \_\_\_\_

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, às \_\_\_\_ horas, na Prefeitura Municipal de Belford Roxo, situada à \_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_, é celebrado o presente compromisso entre o **MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO**, por intermédio da Secretaria \_\_\_\_, órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado **MUNICÍPIO** e \_\_\_\_ (ADJUDICATÁRIO), inscrito no CPF/CNPJ sob o nº \_\_\_\_ estabelecida na \_\_\_\_ (ENDEREÇO COMPLETO), doravante denominado **COMPROMITENTE**, neste ato representado pelo \_\_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº \_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_, domiciliado à \_\_\_\_, de acordo com o processo administrativo nº \_\_\_\_, observadas a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº xxxxxxxx e ainda o edital nº \_\_\_\_, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Por meio desta ata o **COMPROMITENTE** assume o compromisso e a obrigação de fornecer os bens descritos na planilha anexa pelos preços ali fixados, observado o teto máximo estabelecido e as diretrizes fixadas no Termo de Referência e no edital da licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
1				

**Parágrafo Primeiro.** O **COMPROMITENTE** está obrigado a fornecer os bens que venham a ser requisitados através de ordens de fornecimento emitidas pelos órgão gerenciador, observado o valor unitário registrado e o quantitativo mínimo de cada ordem de fornecimento previsto no Termo de Referência e no edital de licitação.

**Parágrafo segundo.** A formalização da ata não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade do material registrado, facultando-se a realização de contratação específica para a eventual prestação pretendida, assegurado, no entanto, ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O prazo de validade deste Registro de Preços será de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

**Parágrafo único.** Admite-se prorrogação por igual ou menor período caso existente saldo remanescente, mediante expressa e adequada justificativa, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados por meio de cotação realizada nos termos do **art. xxx do Decreto Municipal n.º xxxxxxxx**.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO GERENCIADOR, DOS PARTICIPANTES E DE SUAS ATRIBUIÇÕES

O órgão/entidade gerenciador(a) desta Ata de Registro de Preços é \_\_\_\_\_, a quem compete:

- a) Divulgar os preços registrados e suas atualizações no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Transparência do Município;
- b) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das Atas de Registro de Preços e de seus saldos e das solicitações de adesão;
- c) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade, obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;
- d) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da Intenção de Registro de Preços, observando os limites da legislação;
- e) convocar os proponentes remanescentes, nas hipóteses autorizadas por esta Ata e pelo Decreto Municipal n.º xxxxxxxx, observada a ordem de classificação;
- f) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados;
- g) fornecer ao **COMPROMITENTE** documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;
- h) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, do disposto no Decreto Municipal n.º xxxxxxxx, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações; e
- i) realizar permanente cotação de preços, inclusive antes da formalização da contratação e/ou emissão da ordem de fornecimento, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

**Parágrafo único.** São participantes desta Ata de Registro de Preços os órgãos/entidades \_\_\_\_\_, a quem compete:

- a) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- b) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;
- c) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e
- d) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no **Decreto Municipal n.º xxxxxxxx**, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.
- e) realizar permanente cotação de preços, inclusive antes da formalização da contratação e/ou emissão da ordem de fornecimento, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- a) Fornecer os bens de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observada, sempre, a adequação do prazo de validade do produto e as condições adequadas de acondicionamento;
- b) Realizar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no produto fornecido, sempre que a ela imputáveis;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios redibitórios existentes, na forma do Código de Defesa do Consumidor;
- d) Acatar as instruções emanadas da fiscalização exercida pela Administração;
- e) Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento de bens, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;
- f) Observar a legislação trabalhista e previdenciária na gestão da mão de obra vinculada à execução do objeto registrado;
- g) Reconhecer que o **MUNICÍPIO** não manterá qualquer vínculo de natureza trabalhista com seus profissionais e empregados, responsabilizando-se o fornecedor por quaisquer acidentes decorrentes de suas atividades;
- h) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento, do Termo de Referência e do edital de licitação;

- i) Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas;
- j) manter-se durante toda a execução da ata em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei n.º 14.133/2021, para além de obrigar-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- k) Atender a todas as obrigações fixadas no edital e seus anexos.

## CLÁUSULA QUINTA - DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**.

## CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

O fornecimento do material deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**Parágrafo primeiro.** Cada ordem de fornecimento emitida pelos órgãos gerenciador, participantes ou aderentes deverá observar os quantitativos mínimos dispostos no Termo de Referência e no edital da licitação.

**Parágrafo segundo.** A gestão e a fiscalização da ata serão exercidas por servidores designados pela autoridade máxima do órgão a quem competirá o exercício das atribuições previstas nos artigos xxx e xxxx do Decreto Municipal n.º xxxxxxxx, respectivamente.

**Parágrafo terceiro.** O **COMPROMITENTE** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

**Parágrafo quarto.** O **COMPROMITENTE** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

**Parágrafo quinto.** O **COMPROMITENTE** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo sexto.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do comprometente, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**Parágrafo sétimo.** Todos os atos exarados pela fiscalização da ata deverão ser escritos e levados ao processo administrativo respectivo, submetendo-se à ciência, ratificação ou deliberação da autoridade competente.

**Parágrafo oitavo.** Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e o **COMPROMITENTE**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações do **COMPROMITENTE** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

**Parágrafo nono -** O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as ordens de fornecimento emitidas, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, pelo fiscal do contrato, no ato de entrega, mediante assinatura de termo circunstanciado firmado pelas partes;
- b) definitivamente, no prazo de \_\_\_\_\_ dias do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado de atendimento dos requisitos e diretrizes fixadas no termo de referência e no edital.

**Parágrafo décimo.** Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o recebimento definitivo será sobrestado até que os reparos ou substituições sejam realizados.

**Parágrafo décimo primeiro.** A ultrapassagem do prazo fixado na alínea *b* sem manifestação do fiscal do contrato não importa na presunção de recebimento definitivo, cabendo ao **COMPROMITENTE** o direito de apresentar requerimento expresso perante o órgão ou entidade responsável pela contratação.

**Parágrafo décimo segundo.** O termo mencionado na alínea *a* deve indicar expressamente sua vinculação ao recebimento provisório, resguardando o direito da Administração de rejeitar o fornecimento não emitindo o recebimento definitivo.

**Parágrafo décimo terceiro.** O fiscal, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas ao fornecimento do material, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução desta ata, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de

qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

**Parágrafo primeiro.** A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

**Parágrafo segundo.** As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei Federal nº 12.846/2013, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

**Parágrafo terceiro.** O **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**Parágrafo quarto.** O **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

## CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará o pagamento do fornecimento do material por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pelo **COMPROMITENTE**, observado o valor unitário registrado e o quantitativo objeto da ordem de fornecimento.

**Parágrafo primeiro.** Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente ao fornecimento efetivo do objeto registrado, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

**Parágrafo segundo.** Eventuais discrepâncias no fornecimento deverão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento, devendo ser observada a garantia de manifestação prévia do comprometente.

**Parágrafo terceiro.** O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal n.º xxxxxxxx.

**Parágrafo quarto.** De acordo com o art. xxx, inciso xxx, do Decreto Municipal n.º xxxxxxxx, o comprometente deverá apresentar, juntamente com a fatura ou nota fiscal do fornecimento executado, os seguintes documentos:

- I - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal;
- II - certidão de regularidade previdenciária, social e trabalhista;
- III - medição realizada pela fiscalização da ata, caso o instrumento esteja submetido a tal regime de pagamento.

**Parágrafo quinto.** O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias contado da data de apresentação do pedido.

**Parágrafo sexto.** Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura ou complementação de documentação pelo comprometente, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a transcorrer a partir da data do cumprimento da exigência.

**Parágrafo sétimo.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA-E** e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

**Parágrafo oitavo.** Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

**Parágrafo nono.** No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

**Parágrafo décimo.** Em caso de não comprovação da regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, o comprometente deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria Geral do Município em caso de débito inscrito em dívida ativa.

**Parágrafo décimo primeiro.** Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos serão remetidos à Procuradoria Geral do Município para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito municipal.

## CLÁUSULA NONA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de adesão por Órgãos não participantes do Registro de Preços.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados na presente ata poderão ser objeto de alteração caso os preços registrados se tornem maiores que os valores atualizados de mercado apurados em cotação, ou caso haja substancial discrepância entre os preços registrados e os valores atualizados de mercado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

**Parágrafo primeiro.** Caso os preços registrados se tornem maiores que os valores de mercado, conforme levantamento devidamente documentado, o órgão gerenciador deverá iniciar negociação com o fornecedor registrado para compatibilização com os preços apurados.



**Parágrafo segundo.** A redução dos preços registrados será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos/entidades que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de revisão dos preços contratados.

**Parágrafo terceiro.** Em caso de insucesso nas negociações previstas no parágrafo primeiro, o órgão gerenciador promoverá a liberação do fornecedor em relação aos compromissos assumidos, convocando os demais fornecedores para negociação, observada a ordem de classificação da licitação.

**Parágrafo quarto.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, ensejando substancial discrepância entre os preços registrados e os valores atualizados de mercado, os preços poderão ser revistos, mediante expresso e fundamentado pedido formulado pelo fornecedor, desde que comprovada a substancial discrepância e que sejam observadas as diretrizes do Decreto Municipal n.º xxxxxxxx, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores e, em caso de insucesso, promover o cancelamento do registro.

**Parágrafo quinto.** A não comprovação dos fatos ensejadores do pedido previsto no parágrafo anterior importará em seu indeferimento, permanecendo o fornecedor obrigado aos termos originais da ata de registro.

**Parágrafo sexto.** A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

**Parágrafo sétimo.** A eventual discrepância de preços apurada após análise de pedido de adesão importará na importará na negociação dos preços registrados, para sua redução, com o intuito de adequá-los ao mercado, na forma do parágrafo xxx do art. xxxx, do Decreto Municipal n.º xxxxxxxx.

**Parágrafo oitavo.** Os novos valores porventura a serem registrados em razão das alterações previstas nesta cláusula deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo único.** Os eventuais contratos decorrentes do registro de preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal n.º 14.133/2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo ao contrato individualmente considerado, e não à ata de registro de preços.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no artigo xxx do Decreto Municipal n.º xxxxxxxx quando:

- I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;
- II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;
- III - o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;
- IV - estiverem presentes razões de interesse público; e
- V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

**Parágrafo primeiro.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

**Parágrafo segundo.** Havendo o cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os fornecedores que integrem o cadastro de reserva para manifestação de vontade quanto à formalização de registro de preços.

**Parágrafo terceiro.** Diante da inexistência de cadastro de reserva ou do desinteresse dos fornecedores, é facultado ao órgão gerenciador convocar os demais licitantes na forma do § xxxx, do art. xxxxx, do Decreto Municipal n.º xxxxxxxx.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CADASTRO DE RESERVA

Fazem parte do cadastro de reserva os proponentes que aceitaram cotar os bens em preços iguais aos do vencedor do certame, e os proponentes que mantiverem sua proposta original, observada a possibilidade ou não de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto, conforme disposto no edital.

**Parágrafo primeiro.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata, incumbindo ao órgão/entidade gerenciador(a) o controle.

**Parágrafo segundo.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e que mantiveram suas propostas originais somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nesta ata.

**Parágrafo terceiro.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**Parágrafo quarto.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**Parágrafo quinto.** Na hipótese de nenhum dos licitantes indicados no parágrafo segundo, alínea 'a', desta cláusula aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**Parágrafo sexto.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O registro de preço de fornecedor poderá ser cancelado quando:

- I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;
- II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;
- III - o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;
- IV - estiverem presentes razões de interesse público; e
- V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

**Parágrafo único.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração nos termos do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, sujeita o **COMPROMITENTE**, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência pela inexecução parcial do contrato;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa do comprometente;
- c) multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total da ata, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto nos casos de rescisão por culpa do comprometente. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);
- d) multa de 30% (trinta por cento) do valor total da ata em caso de cancelamento do registro por culpa do comprometente;
- e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Parágrafo primeiro.** A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor da ata e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação da contratada observado o prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis.

**Parágrafo segundo.** Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão gerenciador, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, observado o procedimento descrito no Decreto Municipal n.º xxxxxxxx.

**Parágrafo terceiro.** As sanções previstas nas alíneas *a*, *e* e *f* podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

**Parágrafo quarto.** Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais do comprometente, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

**Parágrafo quinto.** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de cancelamento do registro nem tampouco afasta o dever do comprometente de reparação integral dos danos causados à Administração.

**Parágrafo sexto.** A aplicação das sanções previstas neste item observará o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º xxxxxxxx.

**Parágrafo sétimo.** Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do *quantum* das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

**Parágrafo oitavo.** A notificação do compromitente dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

**Parágrafo nono.** A prática de ato tipificado na Lei n.º 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei n.º 14.133/2021.

**Parágrafo décimo.** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas ao **COMPROMITENTE** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão inscritos em dívida ativa e cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que o **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo décimo primeiro.** Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, o **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte do **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral da prestação dos serviços.

**Parágrafo único.** A suspensão do contrato, a que se refere o parágrafo 3º, inciso II, do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral do **COMPROMITENTE**.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos casos em que não for dispensada a utilização do instrumento contratual, a emissão de ordem de fornecimento deverá ser precedida da formalização do contrato administrativo.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Após a assinatura da ata seu inteiro teor deverá ser divulgado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), devendo seu extrato ser publicado no DOE-BELFORD ROXO e seu inteiro teor inserido no Portal de Transparência da Administração Municipal.

**Parágrafo primeiro.** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

**Parágrafo segundo.** O **MUNICÍPIO** deverá inserir os dados deste contrato no SIGFIS ou sistema equivalente para ciência do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, observados os prazos fixados em deliberações do referido órgão.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Belford Roxo, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Belford Roxo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Pelo **MUNICÍPIO**

\_\_\_\_\_  
Pela **COMPROMITENTE**

**TESTEMUNHAS:**



## ANEXO I – CADASTRO DE RESERVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_/202\_\_\_\_.

**ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):**

**OBJETO:**

1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens **com preços iguais ao adjudicatário:**

**FORNECEDOR nº1 DO CADASTRO DE RESERVA:** empresa ....., situada na Rua ....., Bairro ....., Cidade ..... e inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., representada neste ato por ....., cédula de identidade nº ....., domiciliada na Rua ....., Cidade .....

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)

**FORNECEDOR nº 2 DO CADASTRO DE RESERVA:** empresa ....., situada na Rua ....., Bairro ....., Cidade ..... e inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., representada neste ato por ....., cédula de identidade nº ....., domiciliada na Rua ....., Cidade .....

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)

2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original:**

**FORNECEDOR nº3 DO CADASTRO DE RESERVA:** empresa ....., situada na Rua ....., Bairro ....., Cidade ..... e inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., representada neste ato por ....., cédula de identidade nº ....., domiciliada na Rua ....., Cidade .....

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)

**FORNECEDOR nº4 DO CADASTRO DE RESERVA:** empresa ....., situada na Rua ....., Bairro ....., Cidade ..... e inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., representada neste ato por ....., cédula de identidade nº ....., domiciliada na Rua ....., Cidade .....

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)